

PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÃO SINDICAL

123



CGTP
Intersindical Nacional

JORNAL DO

STAL

SETEMBRO 2022

WWW.STAL.PT

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS SÓCIOS

AUMENTO DOS



É URGÊNCIA NACIONAL!

STAL exige medidas extraordinárias para travar o empobrecimento dos trabalhadores

As políticas do governo e o aumento da inflação e do custo de vida têm um impacto brutal na vida de milhares de trabalhadores da Administração Local, que exigem respostas imediatas à sua valorização, após mais de uma década de estagnação salarial, e que aplique a fórmula de actualização das pensões e reformas de acordo com a lei em vigor. PÁGINAS 11 A 14



DR BEJA E LISBOA Determinação em fortalecer o STAL

Osvaldo Rodrigues e Carlos Fernandes fazem o "retrato sindical" das respectivas regiões.

PÁGINAS 2 E 3



EMPRESAS Reforço da luta nos próximos meses

Após um Verão de combate por melhores salários e condições de trabalho, a luta continua já a partir deste mês.

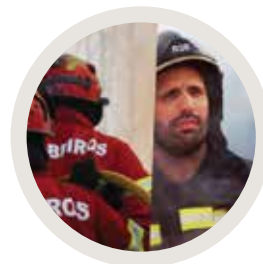
PÁGINAS 5, 6 E 7



ADSE Defender um direito dos trabalhadores

O STAL/Frente Comum apoia uma lista para eleger quatro representantes no Conselho Geral e de Supervisão.

PÁGINA 15



BOMBEIROS Melhores salários e mais direitos

Competência e espírito de missão são reconhecidos por todos, mas tarda a justa dignificação profissional.

PÁGINA 18



AUTARQUIAS Descentralização apenas com a regionalização

Só com o poder regional eleito e fiscalizado democraticamente se assegura o desenvolvimento equilibrado do País.

PÁGINA 24

ENTREVISTA



OSVALDO RODRIGUES E CARLOS FERNANDES | COORDENADORES DAS DR DE BEJA E DE LISBOA

Realidades distintas, mas a mesma determinação em fortalecer o STAL

Carlos Fernandes e Osvaldo Rodrigues – os novos coordenadores das direcções regionais (DR) do STAL de Lisboa e de Beja, respectivamente – são unânimes em considerar, como prioridades dos seus mandatos, o reforço das estruturas sindicais das respectivas regiões.

“Queremos alargar a nossa presença, através de delegados sindicais e se possível em todos os locais de trabalho. Só assim podemos garantir um trabalho e acompanhamento sustentável”, refere Carlos Fernandes, ao passo que Osvaldo Rodrigues destaca que “as principais prioridades para a DR de Beja passam por melhorar o apoio aos trabalhadores, de-

Os dois dirigentes defendem a presença assídua e o contacto directo nos locais de trabalho como factores essenciais para o fortalecimento da relação do Sindicato com os associados e para se aumentar a taxa de sindicalização, e fazem o retrato da realidade sindical nas regiões de Beja e de Lisboa.

LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE SST

As condições de trabalho nas autarquias continuam, na grande maioria dos casos, ainda muito aquém do necessário e do exigível para respeitar as normas de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e promover o trabalho digno. Neste aspecto, e apesar de experiências distintas, os dois dirigentes convergem nas críticas. “Infelizmente, ainda tem muito para crescer. Temos locais com condições aceitáveis, mas ainda temos alguns em que não há qualquer tipo de investimento nas condições

de trabalho dos trabalhadores” – relata Carlos Fernandes, em consonância com Osvaldo Rodrigues, que acrescenta: “Existe ainda um longo caminho a percorrer nesta matéria, quer quanto à adopção de mais condições de segurança, quer na exigência para que as autarquias melhorem os seus equipamentos e garantam aos trabalhadores o respeito pela SST.” Concordando ambos, igualmente, que “a luta dos trabalhadores é fundamental para alterar isso”.

sendo melhores condições de trabalho e levando à mobilização para a acção reivindicativa”.

Mas, e embora muitos dos desafios que actualmente se colocam no sector sindical sejam transversais às duas direcções regionais – problemas gerais que afectam toda a Administração Local, como o aumento urgente dos salários, a revogação do SIADAP e a reposição das carreiras –, existem especificidades locais que exigem intervenções mais particulares.

Na DR de Lisboa, por exemplo, “é fazer cadernos reivindicativos na maior parte dos locais de trabalho, o que motiva a discussão sobre os problemas concretos dos trabalhadores, que, por vezes, até podem parecer pequenos, mas que são de extrema importância”; enquanto para o coordenador da DR de Beja, “o grande desafio é conseguir aumentar a sindicalização, nomeadamente junto dos trabalhadores mais novos, de forma a ampliar a força do STAL na região, situação que facilitará a posição junto das entidades e empregadores”.

MÉDIA SALARIAL BAIXÍSSIMA

Quanto às principais dificuldades, os dois dirigentes são unânimes a apontar o problema: a dificuldade em sensibilizar os trabalhadores, sobretudo os mais jovens, para a importância de pertencer a um sindicato de classe, como é o STAL. “É difícil, mas estimulante, o trabalho de esclarecimento, agitação e organização dos trabalhadores num Mundo que promove cada vez mais o individualismo e desvaloriza o trabalho colectivo”, reconhece Carlos Fernandes, acrescentando, ainda, que “a maior dificuldade é fazer ver aos trabalhadores que só unidos nas suas lutas conseguem alterar a sua situação”. Em consonância, Osvaldo Rodrigues acrescenta a singularidade da região do Baixo Alentejo, que, “além de ser muito extensa, tem uma densidade populacional baixa, o que dificulta a actividade sindical junto dos municípios, freguesias e empresas públicas”. Consensual é, também, a principal exigência dos trabalhadores: o aumento dos salários, para fazer face à gravosa perda do poder de compra. O dirigente da DR de Lisboa destaca: “Temos uma média salarial baixíssima, o que obriga muita gente a ter segundos empregos para garantir o mínimo de subsistência. O aumento do custo de vida acaba por se sentir ainda mais no Distrito de Lisboa, principalmente com o aumento do preço dos produtos básicos como a comida, combustíveis, etc. Basta ver o pre-



“*Queremos alargar a nossa presença, através de delegados sindicais, se possível em todos os locais de trabalho; só assim podemos garantir um trabalho e acompanhamento sustentável.*”

CARLOS FERNANDES



“*as principais prioridades para a DR de Beja passam por melhorar o apoio aos trabalhadores sindicalizados, defendendo melhores condições de trabalho e levando à mobilização dos mesmos para a acção reivindicativa.*”

OSVALDO RODRIGUES

ço da habitação no distrito para perceber a insuficiência do Salário Mínimo”.

Já o coordenador da DR de Beja defende que, “face à inflação galopante, é urgente aumentar os salários, corrigir a tabela remuneratória, com a valorização justa dos níveis salariais de todos os trabalhadores da Administração Local, e aplicar, de forma correcta e mais abrangente, o Suplemento de Penosidade e Insalubridade [SPI], passando a incluir o factor de risco”.

SPI que, como referem ambos os dirigentes, está a ser aplicado em todas as câmaras das respectivas regiões, com Osvaldo Rodrigues a explicar que, “nesse momento, a luta situa-se na aplicação mais abrangente e pelos montantes máximos”; enquanto no caso da região de Lisboa, “as autarquias estão a aplicá-lo, mas com diferentes critérios”, garantido Carlos Fernandes que a DR está a acompanhar a situação “e a tentar equalizar esses critérios, como é o caso das ‘profissões conexas’, em que só é aplicado em algumas autarquias”.

CONTACTO DIRECTO E PERMANENTE

Quanto à estratégia para se aumentar a taxa de sindicalização, fundamental para continuar a afirmar o STAL como um dos principais garantes da defesa dos direitos dos trabalhadores, os dois dirigentes partilham a “receita”. “Só com a intervenção e o acompanhamento permanente dos problemas dos trabalhadores se pode aumentar a sindicalização”, diz Carlos Fernandes, dando o exemplo do esforço da estrutura regional do STAL de Lisboa que, “por não ter deixado de acompanhar os trabalhadores, mesmo no difícil período da pandemia, e ter realizado vários plenários e lutas”, tem apresentado um “saldo positivo” entre entradas e saídas de associados.

O coordenador da DR Beja realça a “persistência no contacto directo com os trabalhadores, dando-lhes a conhecer a importância de ter um sindicato de classe a defender as suas posições, reivindicações e direitos nos locais de trabalho”. ■

A luta continua pela valorização dos trabalhadores

Desde 2009 que os trabalhadores da Administração Local têm sido particularmente penalizados pelas políticas adoptadas pelos governos do PS e do PSD/CDS, que conduziram a salários desajustados da realidade (entre 2010 e 2021, perderam, em média, quase 11%) e que os coloca em grandes dificuldades e numa situação de fragilidade social.

Tirando os justos aumentos do Salário Mínimo Nacional nos últimos anos – que permitiram repor boa parte do poder de compra nos escalões salariais mais baixos da Adm. Local, cuja protecção se impunha –, na Administração Pública, em geral, a realidade é, há mais de uma década, de degradação dos salários, destruição das carreiras e desvalorização acentuada de todas as carreiras e profissões, compressão da TRU, aumento do IRS e das contribuições para a ADSE, e um sistema de avaliação (SIADAP) que bloqueia a progressão profissional. Hoje, a Administração Pública, incluindo o sector empresarial, perdeu atractividade porque, à partida, condena a uma profunda estagnação profissional.

Face a tão grave situação não há outra alternativa a não ser a inversão da política de empobrecimento na Administração Pública, que, além do impacto directo na recuperação da economia, é indispensável para a valorização dos seus trabalhadores e para a tornar atractiva para os jovens.

É urgente a adopção de medidas extraordinárias para travar a degradação das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e das famílias, exigindo-se que, no mínimo, o aumento salarial em 2023 reponha o poder de compra perdido nos últimos anos e acompanhe o valor da inflação de 2022, com, pelo menos, 90 € para todos.

O STAL exige que o governo PS, por via do próximo Orçamento do Estado, reponha o poder de compra perdido pelos trabalhadores da Administração Pública, e em particular os da Administração Local, que voltaram a sofrer um agravamento brutal do custo de vida, com a inflação verificada em 2022 (em termos homólogos, atingiu os 9,1% em Julho) a cotar-se como a mais alta desde 1992, estimando-se que a taxa média anual deve situar-se, este ano, entre os 6% e os 7%. Isto, enquanto o governo PS “actualizou” os salários na Administração Pública em... 0,9%!

Esta dura realidade é transversal à maioria dos trabalhadores portugueses, pelo que a resposta ao governo PS será dada através da luta convergente por mais direitos e melhores salários, na qual o STAL participará de forma empenhada e mobilizadora, quer no âmbito da CGTP-IN quer da Frente Comum.

Recorde-se que, em 1 de Julho, o Sindicato promoveu uma concentração nacional em Lisboa, no âmbito da iniciativa “STAL na Rua”, onde aprovou uma “Carta Aberta” contra o empobrecimento, dirigida ao Governo e às autarquias, acção que prossegue por todo o País, junto dos órgãos autárquicos.

Como diz o sábio Povo, “quem luta nem sempre ganha; quem não luta perde sempre”. ■

JOSÉ TORRES
JURISTA

O direito aos suplementos remuneratórios

O problema dos suplementos remuneratórios, e a sua integração no montante devido a título de remuneração, já foi de certo modo focado noutra edição deste Jornal, onde concluímos, em síntese, que são devidos sempre que a lei obrigar ao pagamento da remuneração, conceito que é perfeitamente distinto de outro, o que se designa por remuneração-base. Portanto, "remuneração base" é uma coisa e "remuneração" outra, bem diferente, apesar de embora as teorias de quem analisa esta matéria, segundo as suas conveniências, respeitando, contudo, quem, de boa fé, se arrima em teorias com alguma consistência, mas que não acolhemos. E não acolhemos porque das duas uma: ou o conceito de remuneração, fixado no artigo 146.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de Junho, é lido, segundo as circunstâncias, ou é lido e respeitado na sua



integridade, envolvendo, obrigatoriamente, todas as componentes que o preceito expressamente impõe. Diz esse normativo que "a remuneração dos trabalhadores com vínculo de emprego público é composta por: a) Remuneração base; b) Suplementos remuneratórios; c) Prémios de desempenho." Sendo assim, determinando o artigo 152.º, n.º 1, da mesma

LTFP, que durante o período de férias é devida a remuneração, como se o trabalhador estivesse ao serviço, não é admissível que se lhe negue, por exemplo, o direito ao Suplemento de Penosidade e Insalubridade, ou o subsídio de turno, ou o abono para falhas que normalmente está a receber. Como não é admissível que se subtraia qualquer um desses suplementos, ou todos, referidos a título de exemplo,

durante os períodos de desempenho da atividade sindical, correspondentes a efectivo serviço prestado e com direito à remuneração do crédito de tempo para esse efeito legalmente consagrado. Aliás, o mesmo se passa quanto ao subsídio de refeição, que só pode ser retirado nas situações em que o legislador expressamente o permite, como sucede, por exemplo, no pagamento do subsídio

de Natal (art. 151.º), dos períodos de férias e do respetivo subsídio (art. 152.º) e nos casos de ausência por doença (art. 15.º da Lei 35/2014). Deve assim exigir-se o cumprimento da lei e, sendo necessário, procurar o esclarecimento e apoio que, certamente, será prestado aos trabalhadores, pelas respetivas estruturas do STAL. ■

EXIGIR SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Defender um direito constitucional

A Constituição define que os trabalhadores têm direito a trabalhar "em condições socialmente dignificantes" e à "prestação do trabalho em condições de higiene, segurança e saúde", assim como o direito à Saúde.

Ao contrário do que são os direitos constitucionais, lamentavelmente, muitos são os locais de trabalho na Administração Local e no sector empresarial em que os empregadores não atribuem a devida importância às condições de trabalho e, inclusivamente, descuram a sua responsabilidade em matéria de condições de segurança e saúde no trabalho (SST).

Os trabalhadores deste sector são confrontados frequentemente com, entre outros, a inexistência ou insuficiências de equipamentos de protecção individual e colectiva; espaços oficiais e armazéns sem condições de saúde e segurança; balneários e refeitórios em elevado estado de degradação; escritórios e espaços administrativos com graves deficiências ao nível da ergonomia; a continua sujeição a

tarefas penosas ou com vários riscos associados; a existência de amianto, ainda, em muitos locais de trabalho; e um elevado número de sinistralidade laboral e de contração de doenças profissionais. Perante este "quadro negro", a luta por melhores condições de trabalho deve ser reforçada e, como recentemente se comprovou (pela conquista do Suplemento de Penosidade e Insalu-

bridade), o combate é a solução para a implementação destes direitos e para a observância das normas de SST.

Investir nas condições de trabalho e cuidar da SST não é uma mera despesa, mas, antes, uma obrigação do empregador e um direito dos trabalhadores. E para a defesa desse direito, a legislação laboral reconhece hoje, de forma inequívoca, a importância dos representantes dos trabalhadores em SST, atribuí-lhes primazia na intervenção pela melhoria das condições de trabalho e reforça o seu papel junto das administrações, relativamente às condições laborais e na reivindicação de medidas que defendam a saúde dos seus colegas.

Pela experiência acumulada de mais de uma década a promo-

ver eleições e eleger representantes dos trabalhadores em SST, o STAL confirma que o estatuto legal atribuído a esses representantes, quando articulada com a actividade sindical, resulta que de uma forma geral o conjunto dos trabalhadores esteja mais informado e protegido nesta matéria, em locais de trabalho mais seguros e numa melhoria das condições de trabalho.

O STAL irá continuar a organizar os trabalhadores da Administração Local e empresas concessionárias na defesa do direito à saúde e a trabalhar em condições seguras, dando especial relevo à eleição de representantes dos trabalhadores em SST, à sua formação e acompanhamento, sendo esta uma das prioridades do Sindicato nos próximos meses. ■

EM LUTA

José Correia, presidente do STAL, alerta para o “**momento de extraordinária dificuldade que os trabalhadores atravessam e face ao qual o governo se mantém indiferente**”, salientando que “**o aumento do salário mínimo para 850 € é uma questão prioritária entre as reivindicações dos trabalhadores da Administração Local e Regional, uma vez que, aproximadamente, 20% dos cerca de 130 mil trabalhadores deste sector auferem o salário mínimo**”.

GOVERNO ESTÁ SEMPRE A FAVOR DO CAPITAL

A determinação e mobilização dos trabalhadores da Administração Local ficou igualmente demonstrada na forte participação na Manifestação Nacional promovida pela Frente Comum em Lisboa, no dia 20 de Maio, e nas acções organizadas pela CGTP-IN, designadamente a celebração do 1.º de Maio por todo País, a concentração junto da Assembleia da República em 27 de Maio (dia de votação global do Orçamento do Estado de 2022) e a Manifestação Nacional de 7 de Julho, com desfile entre o Marquês do Pombal e o Parlamento, todas estas acções para exigir melhores condições de vida e de trabalho, respeito pelos direitos e um outro rumo para o País.

Na sua intervenção na Manifestação Nacional de Julho, Isabel Camarinha (secretária-geral da CGTP) exigiu “**medidas extraordinárias**” por parte do governo PS, frisando que “**as opções que têm vindo a ser tomadas pelos sucessivos governos têm sido sempre a favor do grande capital e dos grandes grupos económicos**”, sublinhando que “**são desequilibradas e insuficientes para os trabalhadores, reformados e pensionistas**”, e que “**acentuaram as desigualdades e a pobreza de quem trabalha ou trabalhou uma vida inteira**”.

Com esta forte mobilização, os trabalhadores – que não conseguem “**esticar**” mais o salário para que chegue ao fim do mês – demonstraram que não aceitam mais empobrecer a trabalhar e rejeitam a política do governo PS, que faz “**ouvidos moucos**” aos seus problemas, enquanto o custo de vida agrava-se. ■



TRABALHADORES EXIGEM UM NOVO RUMO PARA O PAÍS

Prossegue o combate ao empobrecimento

“A luta continua!”, garantem os trabalhadores da Administração Local, contra a actual política de baixos salários do governo PS, que acentuou as desigualdades e a pobreza de quem trabalha ou trabalhou uma vida inteira. E em diversas acções de protesto, nos últimos meses, foi isso mesmo que clamaram, a muitas vozes, na rua e nos locais de trabalho.

Em várias localidades realizaram-se iniciativas no âmbito do “STAL na Rua” – desde acções de esclarecimento e de mobilização dos trabalhadores nos locais de trabalho, assim como concentrações, desfiles e plenários na rua – com destaque para a Concentração Nacional que reuniu cerca de meio milhão de trabalhadores, activistas, delegados e dirigentes sindicais junto ao Ministério das Finanças (em Lisboa), no dia 1 de Julho, ocasião em que o Sindicato divulgou uma “Carta Aberta ao Governo e às Autarquias contra o Empobrecimento”, responsabilizando o governo PS pelos “**graves problemas**” que afectam milhares de trabalhadores da Administração Pública, e em particular os da Administração Local e Regional, que viram, nos últimos 12 anos, os seus salários congelados, as suas carreiras destruídas e reduzido o seu poder de compra, situação agravada, ainda, pelo aumento acentuado da inflação e do preço dos bens alimentares, dos combustíveis e da energia.



A iniciativa “STAL na Rua” reuniu trabalhadores e dirigentes junto ao Ministério das Finanças



As manifestações nacionais em Lisboa, promovidas pela Frente Comum, em 20 de Maio...



...e pela CGTP-IN, a 7 de Julho, levaram para a rua o protesto dos trabalhadores



EM LUTA: EMPRESAS



PELA VALORIZAÇÃO SALARIAL E DIGNIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Verão de combate no sector empresarial

Os últimos meses não foram de férias neste sector, cujos trabalhadores travaram diversas acções em defesa dos seus direitos e exigências, como manifestações, plenários e greves. E com o regresso à actividade plena a luta irá reforçar-se, para que as entidades empregadoras respondam, de forma positiva, às reivindicações apresentadas.

Neste mês de Setembro intensifica-se o combate por melhores salários e condições de trabalho em diversas empresas, como é o caso da FCC Environment Portugal, em que os trabalhadores voltaram à luta, depois de terem paralisado a empresa durante dois dias (em 15 e 16 de Agosto).

Em causa nesta nova acção de luta na empresa – em que decorre uma greve, por tempo indeterminado, ao trabalho suplementar e aos dias de feriados obrigatórios – está, novamente, a defesa de direitos, a valorização de salários e carreiras, bem como condições laborais dignas.

Ana Moreira, coordenadora da Direcção Regional do Porto do STAL, reafirma que os trabalhadores da FCC Environment Por-

tugal estão determinados em “prosseguir a luta por uma vida digna”, e que contestam “a

discriminação praticada na empresa, que faz distinção entre trabalhadores, nomeada-

mente quanto ao subsídio de refeição, já que alguns recebem 7,01 €, enquanto outros,

que até Maio recebiam apenas 3,25 €, estão agora com 5 €. Isto, em comparação com os trabalhadores de Lousada, que estão a receber 6 € de subsídio de refeição”.

A dirigente sindical critica, também, o facto de os trabalhadores “não receberem um Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco, apesar de se tratar de uma profissão insalubre e de risco”, exigindo o STAL “um esforço maior e empenhado da empresa na resolução dos problemas há muito enunciados”.

Os trabalhadores prosseguem, assim, o combate pela reposição do poder de compra perdido nos últimos anos, designadamente o

EPAL/VT NÃO CUMPRE ACORDO COLECTIVO DE TRABALHO

Em Portalegre, os trabalhadores da EPAL/Vale do Tejo (Grupo AdP), em 8 de Junho, reuniram-se em plenário em frente às instalações da Águas do Vale do Tejo, tendo depois desfilado até à sede da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), onde se manifestaram pela actualização salarial e o cumprimento cabal do Acordo Colectivo de Trabalho. E afirmando-se “fartos de ouvir todo o tipo de justificações para que não se cumpra a lei”, os trabalhadores exigiram a intervenção da ACT, a quem foi entregue uma segunda resolução, também aprovada em plenário.



EM LUTA: EMPRESAS

aumento geral dos salários (no mínimo 90 € para todos) e de todas as prestações pecuniárias; a actualização do salário dos motoristas para 850 € e dos cantoneiros para 750 €; subsídio de refeição de 7,50 €; 25 dias de férias remuneradas; atribuição do Suplemento de Penosidade, Insalubridade e Risco; além, entre outras, de abertura de um processo negocial para a uniformização das regras laborais na empresa, a melhoria das condições de trabalho e o pleno respeito pelas normas de Segurança e Saúde no Trabalho.

BRAVAL: SEM AUMENTOS SALARIAIS HÁ 2 ANOS

Também na região Norte, mais propriamente na de Braga, os trabalhadores da BRAVAL prometem endurecer a acção de luta já a partir deste mês se a administração desta empresa intermunicipal – que tem como accionistas as câmaras municipais de Amares, Braga, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde – continuar a não ceder ao seu caderno reivindicativo.

Depois de uma greve com adesão total no dia 1 de Agosto, Baltazar Gonçalves (coordenador do STAL/Braga) critica a postura da administração, que continua sem querer negociar **“aumentos salariais e melhores condições de trabalho”**, salientando que **“a inflação atingiu os 9,1% em Julho, mas nesta empresa não houve aumentos em 2021 nem este ano, o que é inaceitável”**.

A par da empresa, o dirigente do STAL responsabiliza também as autarquias pela acumulação dos resíduos urbanos indiferenciados que se tem vindo a verificar na região, uma situação que tem motivado muitas queixas por parte da população.

Em finais de Julho, numa Carta Aberta aos municípios-accionistas da empresa, o STAL exigiu a sua **“urgente intervenção na resolução dos problemas dos trabalhadores”**, considerando **“incompreensível a passividade e desresponsabilização”** das referidas autarquias face ao **“flagrante desrespeito para com os trabalhadores da BRAVAL, que presta um serviço público essencial às populações e cuja qualidade poderá ficar**



Continua a luta na FCC Environment Portugal, com a greve ao trabalho suplementar...



...e na BRAVAL, os trabalhadores exigem a intervenção dos municípios-accionistas

em causa na actual situação”.

Baltazar Gonçalves defende que **“é necessário um maior investimento por parte da empresa e dos municípios, designadamente a contratação de mais pessoal”**, realçando que os trabalhadores, apesar da desmotivação que resulta dos baixos salários e falta de condições laborais, **“têm demonstrado toda a sua dedicação e profissionalismo em prol da prestação de um serviço essencial de qualidade às populações”**.

Defendendo ainda que **“não é pela via da privatização que o problema se resolve, mas, antes, através de investimento público”**, o coordenador do

AMBIENTE REPRESSIVO

Em S. João da Madeira, os trabalhadores da Águas de S. João denunciaram publicamente, em Junho, **“o ambiente repressivo e antidemocrático que se vive na empresa”**, bem como a **“gestão autoritária”** do director-geral – nomeado pela INDÁQUA, com a conivência da administração da empresa, cuja maioria do capital é detida pelo Município –, que **“ignora as hierarquias, sujeita os trabalhadores a uma enorme pressão psicológica, obrigando-os a assinar declarações que lhes retiram direitos, sendo os processos disciplinares frequentes”**. Em causa estão, ainda, a falta de diálogo com os trabalhadores e a política de **“dois pesos e duas medidas”, baseada em critérios pessoais e discriminatórios**, numa empresa em que vigoram os salários baixos, a falta de condições de trabalho e de equipamentos adequados para o desempenho de uma actividade de grande insalubridade, penosidade e risco.

STAL/Braga recorda o caso de Vila Verde, em que **“o lixo continua igualmente a amontoar-se pelas ruas”**.

Refira-se que os trabalhadores da BRAVAL reivindicam o aumento dos salários (de, pelo menos, 90 euros para todos), a aplicação integral do Acordo de Empresa em vigor (assinado com o STAL em Novembro de 2020); e a concretização das regras de progressão nas carreiras e de desenvolvimento salarial.

Também na EGF, irá intensificar-se a luta dos trabalhadores por melhores salários e pelo direito à contratação colectiva.

ADP: PACIÊNCIA “TRANSBORDOU”

No sector das águas, as queixas dos trabalhadores também se têm vindo a acumular, “transbordando” a sua paciência face à ausência de respostas dos conselhos de administração às reivindicações apresentadas, igualmente por mais direitos, melhores salários e condições de trabalho.

No dia 30 de Junho, os trabalhadores do Grupo Águas de Portugal (AdP) disseram “basta!” às políticas de desvalorização do trabalho e dos rendimentos de que têm sido vítimas nos últimos anos, realizando a maior greve de sempre no grupo, em resposta à tentativa da administração de empatar o processo negocial (ver pág. 9), por forma a não efectuar o pagamento dos retroactivos a Janeiro deste ano.

O STAL e a FIEQUIMETAL têm reforçado os pedidos de reunião aos ministérios (das Finanças e do Ambiente) que tutelam o sector, **“exigindo urgência na uniformização nas orientações para a empresa”**, como explica Joaquim Sousa, da Direcção Nacional do STAL, adiantando que as duas estruturas sindicais vão **“reforçar a ligação e os contactos com os trabalhadores, assim como prosseguir a sua mobilização para intensificar a defesa dos seus direitos e definir colectivamente as novas formas de luta”**.

O dirigente recorda que, **“na reunião de 6 de Julho, ficou acordado dar prioridade ao aumento dos salários, ou seja, iniciar a revisão da tabela, as carreiras e as cláusulas pecuniárias”**, mas nada aconteceu. ■

CONTRATAÇÃO COLECTIVA



Concentração Nacional do STAL junto ao Ministério das Finanças, em Lisboa, em 1 de Julho

EM DEFESA DE CARREIRAS DIGNAS E VALORIZADAS

É urgente a reposição das profissões efectivas

É essencial continuar a forçar que se reponham as profissões nos processos negociais, contribuindo desta forma para a reivindicação geral da reposição das mesmas na Administração Pública e para a valorização profissional e salarial de todos os trabalhadores.

Quando se falam em reivindicações laborais, à cabeça de todas as outras aparece, naturalmente, a questão salarial, seguida de perto pelas matérias do período e horário de trabalho. Sendo estas as preocupações mais imediatas, a questão da carreira profissional assume uma importância definitiva, muitas vezes determinante na definição das anteriores. Sem carreiras dignas, a evolução salarial resume-se à questão dos aumentos salariais, maiores ou menores consoante as situações e capacidade reivindicativa. Sem olhar a carreiras, os períodos e os horários de trabalho poderiam parecer questões de somenos, aplicando-se por igual a todo o trabalhador, sem ter em conta quaisquer especificidades do trabalho prestado.

Esta matéria assume tão maior importância quando, em 2009, entrou em vigor o novo regime de carreiras (e remunerações, claro está!) na Administração Pública, reduzindo as dezenas de carreiras existentes a três grupos profissionais, sem qualquer distinção entre as funções desempenhadas. E dizemos grupos profissionais porque limitar-se a distinguir as funções entre operacionais, administrativas ou técnicas não define nenhuma carreira propriamente dita e muito menos uma profissão. Pelo contrário, esta opção representa apenas e tão só uma forma de desvalorização profissional dos trabalhadores, que passam a ser vistos como um grupo indiferenciado e, como tal, naturalmente, remunerados pela bitola mais baixa, independentemente

das suas qualificações e especialidade do trabalho.

O MAU EXEMPLO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seguindo o (mau) exemplo da Administração Pública, um conjunto alargado de empresas do sector empresarial do Estado e Local adoptaram soluções iguais, ou pelo menos semelhantes, criando grupos de trabalhadores, erradamente designados de carreiras, consoante as suas funções são de carácter operacional, apoio e logística ou técnicas. Se nestas últimas, o agrupamento de técnicos superiores dentro do mesmo grupo não criou, por si só, uma lógica de polivalência (no geral, continuam a trabalhar nas suas áreas específicas de conhecimentos), já nos

grupos operacionais, de apoio e logística tal veio a significar o aumento da polivalência, o nivelamento salarial por baixo e o aumento significativo dos trabalhadores abrangidos pelo Salário Mínimo Nacional (SMN) ou por salários pouco acima deste valor. Independentemente das habilitações literárias e profissionais dos trabalhadores, esta opção conduziu ao abaixamento dos salários, o que, a par do congelamento geral das progressões e da estagnação salarial (com excepção do SMN), levou a que se assista hoje, na Administração Local e nas empresas públicas ou que prosseguem fins públicos, a uma redução do leque salarial. Impõe-se hoje nos processos reivindicativos, nomeadamente no âmbito da contratação colectiva, que se reponham as profissões

efectivas dos trabalhadores, corrigindo as opções erradas (mas conscientes) do legislador, por forma a criar as condições para o aumento efectivo dos salários. O STAL tem apresentado propostas que repõe a realidade dos factos em meio laboral, defendendo que grupos profissionais agrupam trabalhadores de acordo com o tipo de trabalho prestado; e as profissões representam a diferenciação pelas funções efectivamente prestadas e, naturalmente, pelas qualificações, profissionais e literárias, necessárias para o efeito.

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SALARIAL

Vejam-se os casos da AGERE (Braga), VIMÁGUA (Guimarães) e EMAS (Beja), bem como do Grupo Águas de Portugal, em que a grande questão – desde a publicação do Acordo Colectivo de Trabalho, em 2018 – tem sido, justamente, a necessidade imperativa de rever o modelo de carreiras e respectivas remunerações (ver página seguinte). Nestes e noutros processos, que decorreram e decorrem por todo o País, o STAL tem vindo a negociar e concretizar modelos de carreiras que, partindo dos grupos profissionais existentes, os subdividem em carreiras e/ou categorias, em que se integram as profissões efectivas dos trabalhadores, permitindo o seu reconhecimento e valorização (profissional e salarial) em função do trabalho que cada um presta. Este é um caminho essencial e que hoje, fruto de muitas lutas, tem levado à consciencialização que é urgente e necessário repor as profissões como núcleo central da organização de carreiras. Sendo certo também que as próprias empresas, vendo-se a braços com dificuldades na contratação de trabalhadores especializados, têm-se visto forçadas a aceitar esta revisão de modelos que, também por isto, revelam estar desadequados da realidade e necessidades. É, portanto, essencial continuar a forçar a reposição das profissões nos processos negociais que se vão abrindo um pouco por todo o País, contribuindo para a reivindicação geral da reposição das profissões na Administração Pública e para a valorização profissional e salarial de todos os trabalhadores. ■

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL LUCROU MAIS DE 415 MILHÕES DE EUROS ENTRE 2018 E 2021

A valorização dos trabalhadores é obrigatória

A luta já realizada levou a AdP a aceitar negociar a proposta de revisão do ACT apresentada pelo STAL e FIEQUIMETAL, nomeadamente a proposta de novo modelo de carreiras e remunerações. O combate irá prosseguir até a administração reconhecer o empenho e dedicação dos trabalhadores do Grupo.

Desde a conclusão do longo processo de negociação do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para as empresas do Grupo Águas de Portugal (AdP), ficou claro para todos os intervenientes que o modelo de carreiras e a consequente estrutura salarial estavam desadequadas da realidade e das necessidades das empresas que, como esta, prestam um serviço público essencial às populações.

Fruto da pressão do governo PS – e em particular do Ministério das Finanças –, a conclusão do processo negocial não permitiu a revisão do modelo de carreiras, tendo as partes assinado uma Acta de Entendimento (AE) que apontava, justamente, para a necessidade premente de, após a publicação do ACT, se iniciar o processo de revisão do modelo de carreiras e adequação da tabela salarial da empresa.

Processo esse que só em final do ano passado se começou a delinear, em consequência dos adiamentos pelos sucessivos conselhos de administração da AdP, com a “ajuda” de sucessivos ministros das Finanças e do Ambiente, que tutelam a empresa. Tendo-se iniciado, em Janeiro



Trabalhadores manifestaram-se junto às sedes do Grupo AdP, em 30 de Junho...

deste ano, um processo de revisão do ACT, desde cedo ficou claro que, por parte do governo PS e da AdP, havia pouca ou nenhuma vontade de cumprir a AE assinada em 2018 e rever, de uma vez por todas, a estrutura de carreiras e remunerações do grupo. Ao invés, limitaram-se a apresentar um conjunto reduzido de propostas que mais não faziam que manter tudo mais ou menos na mesma, fazendo alguns (insuficientes) acertos na tabela salarial.



...naquela que foi a maior greve de sempre na empresa

Por parte do STAL e da FIEQUIMETAL, a posição foi sempre clara: a revisão de carreiras e a reposição das profissões efectivamente desempenhadas pelos trabalhadores é a peça desta revisão inadiável, e tem que ser assumida por todos como fundamental para o Grupo AdP.

EXIGÊNCIAS JUSTAS

Perante as sucessivas recusas da administração em ir além das propostas por si apresentadas, os trabalhadores viram-se forçados a encetar formas de luta para conseguir a negociação da estrutura de carreiras e tabela salarial. Após a recolha de abaixo-assinados, a luta culminou, em 30 de Junho, com a maior greve de sempre na empresa e concentrações junto às sedes das empresas do Grupo.

Esta jornada de luta demonstrou o profundo descontentamento dos trabalhadores face à política de polivalência e estagnação salarial do Grupo AdP.

Não estando atingido ainda o objectivo da reposição das carreiras, o combate dos trabalhadores já conseguiu que a administração aceitasse negociar a proposta de revisão do ACT apresentada, nomeadamente a proposta de novo modelo de carreiras e remunerações.

A luta dos trabalhadores do Grupo AdP não terminou e não terminará até que seja estabelecido um regime de carreiras, categorias profissionais e funções que valorize e reconheça a experiência profissional e o empenho dos trabalhadores, com uma tabela salarial condigna, que reconheça e valorize as funções efectivamente prestadas.

O STAL, a FIEQUIMETAL e os trabalhadores sabem que as suas exigências são justas e, mais que isso, concretizáveis, num grupo de empresas que, entre 2018 e 2021, apresentou mais de 415 milhões de euros de lucro!

O reconhecimento dos trabalhadores é, por isso, obrigatório e a luta prosseguirá até a administração da AdP e o Governo reconhecerem o empenho e dedicação destes trabalhadores. ■

ESFORÇO, DEDICAÇÃO E PRODUTIVIDADE

Em 26 de Janeiro, a Comissão Negociadora da AdP apresentou uma proposta de actualização salarial e de outras matérias, que continuava longe das reivindicações dos trabalhadores, confrontados com tarefas profissionais exigentes, excessiva carga horária e equipas cada vez mais reduzidas. Todavia, em 9 de Junho, e para surpresa do STAL e da FIEQUIMETAL, a AdP deu “o dito por não dito” e retirou a sua proposta, atitude reveladora da pouca consideração que tem para com os seus trabalhadores e os problemas e dificuldades com que estes se debatem há muito, os quais se têm agravado no actual quadro de grave crise social e económica. Ora, o aumento geral dos salários não é um “favor” ou caridade da empresa, mas, antes, é devido aos trabalhadores pelo esforço, dedicação e produtividade, sem os quais os “chorudos” lucros não seriam possíveis. Está nas mãos da administração a resolução dos problemas dos trabalhadores, que a responsabilizam pelo actual clima na empresa e pelas acções de luta que adoptarão a partir deste mês de Setembro.



ACIDENTES EM SERVIÇO



Desde 2014 que o STAL combate a alteração legislativa e exige a reposição da justiça

VÍTIMAS DE ACIDENTES EM SERVIÇO OU DOENÇAS PROFISSIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direito à justa indemnização sonegado aos trabalhadores

É um regime legal absurdo e de uma atroz injustiça que urge corrigir. O STAL tem feito numerosas diligências e propostas concretas de que seja adoptada uma justa solução para este autêntico logro, já que a Lei 19/2021, de 8 de Abril, permite a acumulação das prestações com remunerações, mas apenas nos casos de desvalorizações permanentes parciais de 30% ou superiores.

Esta é uma matéria já várias vezes tratada noutras edições do Jornal do STAL, mas que continua a suscitar a maior e mais justa indignação aos trabalhadores vítimas de acidentes em serviço e doenças profissionais.

E é por isso que voltamos agora à liça, em nome desses trabalhadores e em nome da dignidade que merecem. Neste caso, os trabalhadores da Administração Pública vítimas de um regime legal completamente absurdo e de uma atroz e indecente injustiça.

Tudo isto decorre da alteração do artigo 41.º, do Decreto-lei 503/

99, introduzida em 2014 pelo governo PSD/CDS do então primeiro-ministro Passos Coelho, que proibiu, expressamente, a acumulação das prestações, devidas aos trabalhadores, por incapacidade parcial permanente, resultante de acidentes em serviço ou doenças profissionais, com as remunerações desses trabalhadores.

Consequentemente, a Caixa Geral de Aposentações (CGA) fixa o montante das indemnizações, decorrentes da remissão das pensões atribuídas, mas não as paga, senão após a aposentação dos trabalhadores, ficando estes,

“

Apesar das numerosas diligências do STAL, incluindo propostas concretas, apenas foi publicada a Lei 19/2021 de 8 de Abril, que, supostamente, viria traduzir a reposição da pretendida justiça, o que não sucede, sendo, pelo contrário, mais um autêntico logro.

no entanto, obrigados a devolverem esse montante, mediante prestações mensais descontadas nas respectivas pensões!

MAIS UM AUTÊNTICO LOGRO

Entretanto, apesar das numerosas diligências do STAL, incluindo propostas concretas de uma justa solução, apenas foi publicada a Lei 19/2021, de 8 de Abril, que, supostamente, viria traduzir a reposição da pretendida justiça, o que, efetivamente, não sucede, sendo, pelo contrário, mais um autêntico logro.

De facto, essa lei repõe o direito de acumulação das prestações em causa, com remunerações, mas apenas para os sinistrados com desvalorizações permanentes parciais de 30% ou superiores, ficando por isso de fora a esmagadora maioria dos trabalhadores, que desesperadamente anseiam pelo efetivo pagamento daquilo a que têm direito, aliás como sucede no regime geral, aplicável aos trabalhadores da actividade privada.

Acresce que a referida lei produz efeitos a partir da entrada em vigor do Orçamento do Estado para o corrente ano, o que se verifica desde 28 de Junho, como consta da Lei 12/2022, de 27 desse mesmo mês.

LEI DO PARLAMENTO DESRESPEITADA

No entanto, salienta-se que a mesma lei determina que a acumulação de pensões vitalícias, devidas por incapacidade permanente parcial, igual ou superior a 30%, com as pensões de invalidez ou velhice, está dependente de regulamentação, através de Portaria, que, nos termos do artigo 3.º desse diploma, deveria ter sido aprovada no prazo de seis meses, sendo que já passou mais de um ano sem que o governo se preocupe em dar cumprimento a essa norma, desrespeitando uma lei da Assembleia da República.

Consideramos, assim, que essa lei constitui um autêntico logro, quer por continuar a sonegar o direito às indemnizações dos trabalhadores com incapacidade parcial permanente inferior a 30%, que são a esmagadora maioria, quer porque a referida possibilidade de acumulação de pensões está dependente de uma regulamentação a que o governo está obrigado, mas que continua inexistente!

Neste contexto, resta-nos continuarmos a exigir a recuperação de todos os direitos devidos aos trabalhadores, repondo-se o regime que vigorou até à sua adulteração, decorrente da alteração introduzida em 2014, pela Lei 11/2014, porque só desse modo será prestada a devida justiça que, ao longo destes anos, tem sido negada aos trabalhadores vítimas de acidentes em serviço e doenças profissionais. ■

TRABALHADORES, REFORMADOS E PENSIONISTAS ENFRENTAM ENORMES DIFICULDADES

Degradação salarial atinge níveis históricos

Ganha cada vez mais força a urgência de uma subida imediata dos salários para que os trabalhadores da Administração Local consigam suportar a contínua subida dos preços de bens essenciais, combustíveis e energia. A discussão dos aumentos salariais para 2023 tem, forçosamente, de levar em conta este agravamento dos valores da inflação.

11,9%, depois de em Maio terem crescido 11,6%) e os produtos energéticos (que cresceram 31,7%, depois de em Maio terem subido 27,3%).

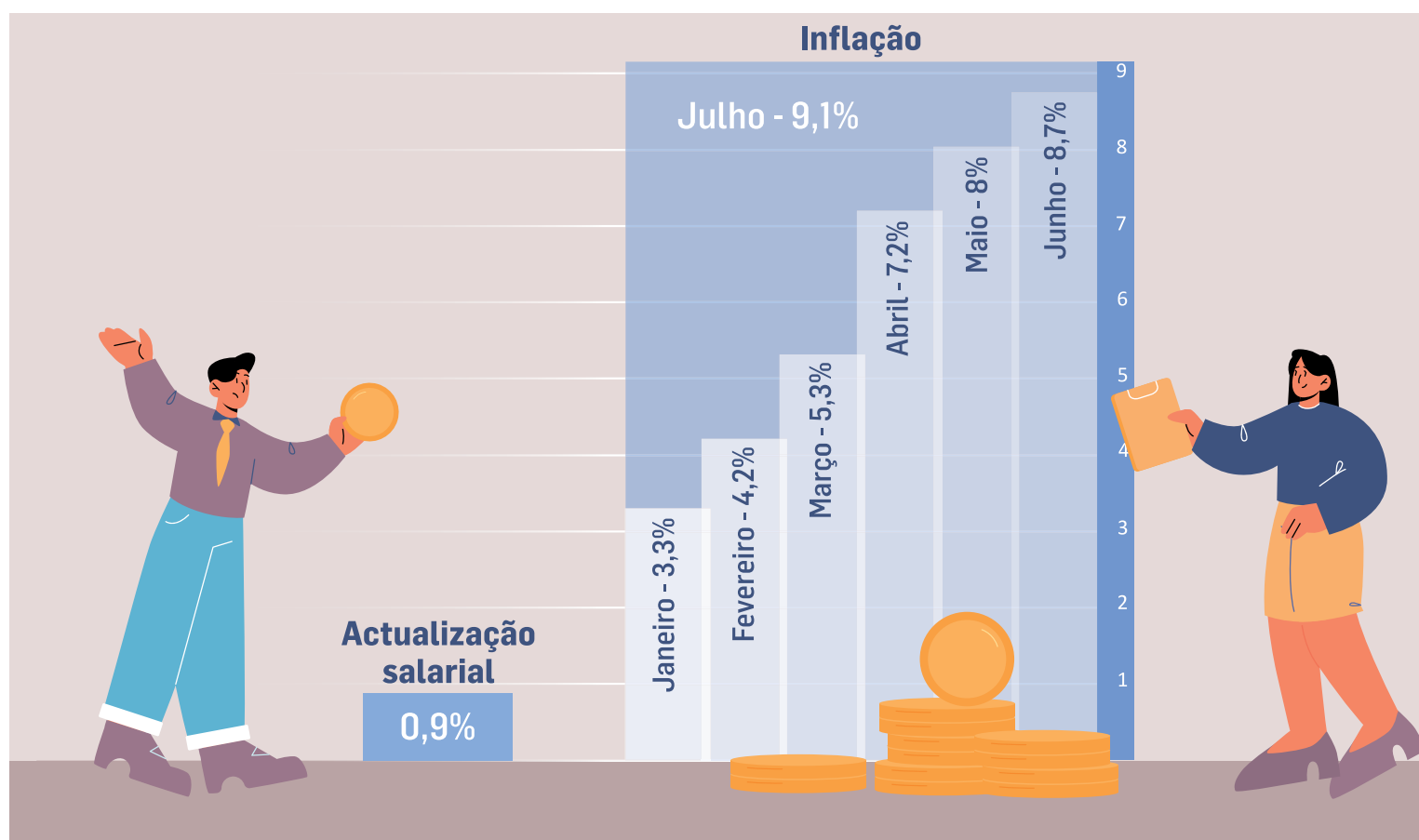
INFLAÇÃO EM 2022 ENTRE 6,5% E 7%

Mas o crescimento dos preços não se reflecte apenas nas subidas dos preços destes dois tipos de bens. Dada a sua importância transversal a toda a nossa economia, a chamada inflação subjacente – a inflação sem considerar estes dois tipos de bens – também não pára de crescer, tendo essa inflação homóloga atingido os 5,6% em Maio e 6% em Junho. Passados pouco mais de oito meses deste ano, a questão que se nos coloca é a de procurarmos perspectivar – com estes ritmos de crescimento da inflação homóloga nos próximos meses – qual será a inflação anual de 2022, já que será com esse valor da inflação que se irão negociar os aumentos salariais e de pensões para 2023.

Analizadas várias hipóteses para a evolução da inflação homóloga nos meses que restam do corrente ano, parece-me bastante provável podermos terminar o ano com uma inflação em torno do intervalo dos 6,5% a 7%.

É claro que a inflação só se situará neste intervalo se se verificar um abrandamento no ritmo de crescimento dos preços neste 2.º semestre, o que pode ser previsível, tendo em conta que a inflação homóloga iniciou o seu ritmo de aceleração no 2.º semestre de 2021. Mas se isso não acontecer, então, poderemos ter uma situação de completo descontrolo dos níveis de inflação no nosso país, com a inflação a atingir níveis anuais que nos levam para os valores registados nos anos de 1980 e início da década de 1990.

Uma última nota para referir que, em meados de Junho, o Banco de Portugal – tendo por base a informação dos valores da inflação conhecidos até Abril, em que a inflação homóloga se situava nos 7,2% – previa uma inflação anual para 2022 de 5,9%. Ora, em Maio, essa inflação homóloga subiu para 8% e em Julho para 9,1%, pelo que é uma previsão realista apontar-se para uma inflação em 2022 em torno dos 6,5 a 7%. ■



JOSÉ ALBERTO LOURENÇO
(ECONOMISTA)

Que os salários dos trabalhadores da Administração Local têm sofrido uma degradação constante é uma evidência tal que nem os maiores defensores da política salarial prosseguida pelo Governo nas últimas décadas são, hoje, capazes de contestar. E que esta situação se tem agravado de forma galopante nos últimos meses até o maior cego vê e sente. E perante a enorme subida da inflação em 2022, ganha cada vez mais força e urgência não só a necessidade de uma subida imediata dos salários para os trabalhadores deste sector – que per-

mita fazer face à contínua subida dos preços dos bens e serviços essenciais –, mas também a necessidade de, na discussão dos aumentos salariais para 2023 (que, este ano, não passou dos 0,9%) este agravamento contínuo da inflação ser levado em conta, para que não se assista no próximo ano à repetição daquilo que se vive no corrente ano, isto é, como este surto inflacionista não estava previsto, os trabalhadores estão a ser obrigados a suportá-lo integralmente. E ao mesmo tempo que, do lado dos trabalhadores, reformados e pensionistas assistimos ao enfrentar de enormes dificuldades, do lado dos grandes grupos económicos continua a especulação em torno dos preços dos bens e

dos combustíveis, aumentando de forma claramente especulativa as suas margens de comercialização e obtendo lucros que atingiram níveis “obscenos”.

SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL PARA TRABALHADORES

De facto, e desde o início do 2.º semestre de 2021, com a aceleração contínua do ritmo de crescimento dos preços, a degradação dos salários atingiu níveis nunca antes vistos nas últimas décadas e a situação começa a ser insustentável para milhares e milhares de trabalhadores. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o valor registado em Julho na inflação homóloga (+9,1%) é o mais elevado re-

gistado nos últimos 30 anos, pelo que teremos de recuar até Dezembro de 1992 para encontrar um valor superior.

A inflação em termos homólogos (comparativamente com o mesmo mês do ano passado) e em termos anuais atinge hoje níveis que se aproximam dos verificados no conjunto dos últimos nove anos, isto é, só num ano cresceu quase tanto como nos nove anos anteriores!

Considerando os valores da inflação homóloga nos seis primeiros meses deste ano, a inflação média foi de 6,1%. Tal como nos meses anteriores, para esta forte subida contribuíram, sobretudo, os produtos alimentares não transformados (que em Junho subiram, em termos homólogos

CUSTO DE VIDA



Na Manifestação Nacional da CGTP-IN, realizada a 7 de Julho, os trabalhadores exigiram aumentos salariais imediatos

STAL EXIGE MEDIDAS PARA TRAVAR O EMPOBRECIMENTO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Aumento salarial é urgência nacional!

As políticas do governo PS e o aumento da inflação e dos preços dos bens essenciais têm um impacto brutal na vida de milhares de trabalhadores e de pensionistas, cuja situação económica e social se agrava todos os meses, enquanto o executivo de António Costa - que amealhou mais de 1,5 mil milhões de euros em impostos no 1.º semestre do ano - continua a “pavonear-se” com as “contas certas” do Estado, indiferente a “acertar as contas” com as famílias...

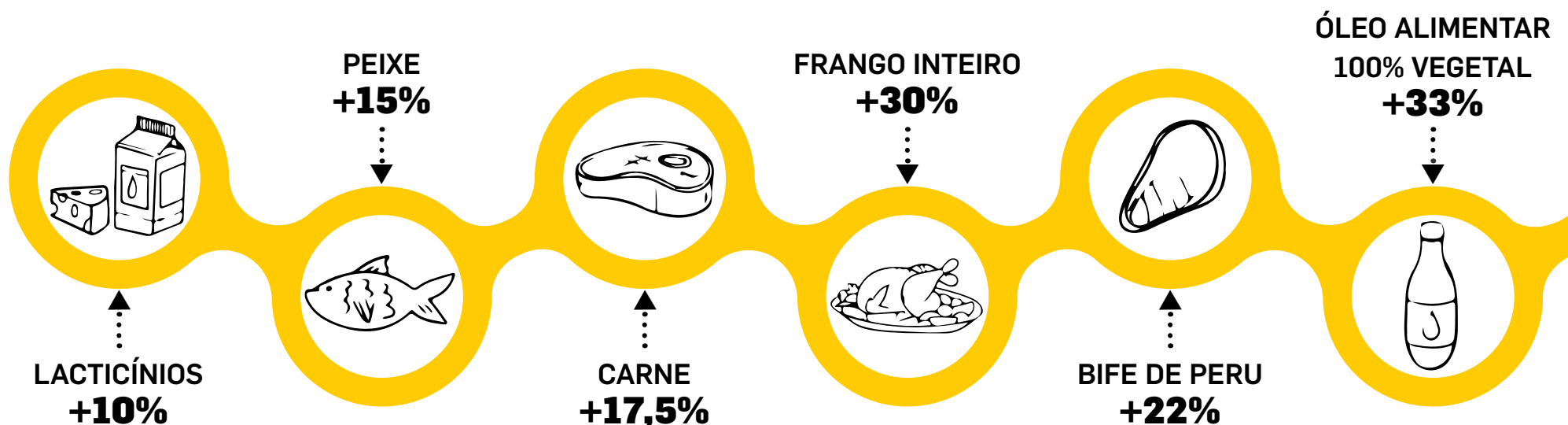
Nos primeiros seis meses deste ano, o Estado conseguiu o maior excedente da história da democracia: mais de mil e 100 milhões de euros! A inflação recorde, por um lado, e o crescimento económico fizeram a receita fiscal disparar quase 30% entre Janeiro e Junho (em termos homólogos), com um grande contributo dos impostos directos, que cresceram 47%, e os impostos indirectos, com um aumento de 20,5%. Só a receita do IVA subiu 27% na primeira metade deste ano, sendo que o Orçamento do Estado para 2022 previa... 9%.

Em contraste, os trabalhadores da Administração Pública viram os seus salários actualizados em míseros 0,9% - sendo que a inflação homóloga mensal atingiu os 9,1% em Julho (segundo o INE) -, acentuando-se a redução significativa do seu poder de compra e a falta de perspectiva quanto a uma vida digna e à valorização do seu trabalho, visto que, por via do SIADAP, apenas 75% sobem de escala remuneratório ao fim de 10 anos.

E neste panorama, os trabalhadores da Administração Local têm sido particularmente penalizados pelas políticas adoptadas pelos governos do PS e do PSD/CDS, que conduziram a salários desajustados da realidade, tendo perdido - em média, entre 2010 e 2021 - quase 11% de poder de compra, o que os coloca numa situação de fragilidade social.

MAIORES AUMENTOS DOS BENS ALIMENTARES

Entre Fevereiro e Agosto



CUSTO DE VIDA

CUSTO DE VIDA AUMENTA...

Façamos agora algumas contas ao actual custo de vida com que os trabalhadores e pensionistas da Administração Pública têm de lidar diariamente. Segundo a DECO, um cabaz de bens alimentares essenciais custava, em meados de Agosto, mais 12,6% do que na véspera do conflito armado na Ucrânia (23 de Fevereiro), explicando que, “a contribuir para este aumento, está, em grande parte, o custo do peixe e da carne, as categorias alimentares cujo preço mais aumentou em quase seis meses”.

Entre 23 de Fevereiro e 17 de Agosto, o preço da carne registou um aumento de 17,47% (mais 5,63 €), enquanto o peixe subiu 14,9% (mais 8,98 €). Em resumo, concluiu a DECO que, quase seis meses depois do início da guerra na Ucrânia, “abastecer a despensa com bens alimentares essenciais pode, actualmente, custar mais de 207 euros”. Na análise da Associação de Defesa do Consumidor – que, desde final de Fevereiro, monitoriza o preço a 63 produtos alimentares essenciais – surgem o óleo alimentar, a farinha para bolos e a pescada fresca como sendo os bens que mais encareceram, com um aumento igual ou superior a 30%. Já o frango, o bife de peru e a bolacha Maria registaram um aumento entre os 26 e os 29%. E esta conjuntura económica tem implicações nos hábitos alimentares de trabalhadores e das famílias, com muitos a admitirem já ter tido necessidade de cortar nas despesas com alimentação e bebidas por causa da crise, no-

meadamente, as famílias com crianças, segundo um inquérito da Associação Portuguesa de Fa-

mílias Numerosas e da Associação Portuguesa de Nutricionistas. Já na área da habitação, os da-

dos do INE indicam que a subida da taxa Euribor agravou os empréstimos à habitação, com

a prestação média da casa para novos contratos a atingir o valor mais alto desde 2009, custando mais 67 euros.



REIVINDICAÇÕES DO STAL

O STAL exige um aumento real dos salários e que o Orçamento do Estado para 2023 reponha, no mínimo, o poder de compra perdido nos últimos anos e acompanhe o valor da inflação deste ano, com, pelo menos, 90 euros para todos; e um salário mínimo de 850 euros.

Entre as reivindicações do Sindicato, destacam-se a correcção da Tabela Remuneratória Única; a actualização do subsídio de refeição para 7,50

euros; o descongelamento das promoções e das progressões remuneratórias; a reposição das carreiras; a revogação do SIADAP; a reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias, do trabalho normal em dias feriado e de todos os suplementos; a reposição dos escalões de IRS e do direito à indemnização devida por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional.

PRECARIDADE SOBE 34% NOS GOVERNOS DE COSTA

O economista Eugénio Rosa revela que, só entre os meses de Abril de 2021 e de 2022, os trabalhadores das Administrações Públicas perderam, em média, 5,2% do seu poder de compra; e que, apesar do número de trabalhadores (entre 2015 e 2022) ter aumentado em 82.560, as dificuldades dos serviços públicos agravaram-se, “devido aos baixos salários e à falta de condições de trabalho causada pelo corte brutal no investimento público”. Citando dados de Julho da DGAEP, o economista refere que que “os contratos a prazo disparam

com os governos António Costa” (+33,9% entre 2015 e 2022), realçando que se trata “apenas de uma das faces da precariedade (porque há outras) nas Administrações Públicas”. E destaca, ainda, que em Abril último, a Remuneração Base Média Mensal Líquida – após os descontos para a CGA/SS, ADSE e IRS – no conjunto das Administrações Públicas era de 1077 euros; valor que baixa para os 800 euros, no caso da Administração Local. Isto, como realça Eugénio Rosa, “antes de entrar com o efeito corrosivo da escalada de preços”.

... E TRABALHADORES EMPOBRECEM

Enquanto os trabalhadores empobrecem, com os salários a ficarem cada vez mais “curtos” face aos meses, o governo PS “assobia para o lado”, mais preocupado em “pavonear-se” com as “contas certas” do que com “certas contas” com que trabalhadores, pensionistas e famílias têm de lidar, e pouco ou nada fazendo para colmatar a sua perda de rendimentos, equivalente a um subsídio de férias.

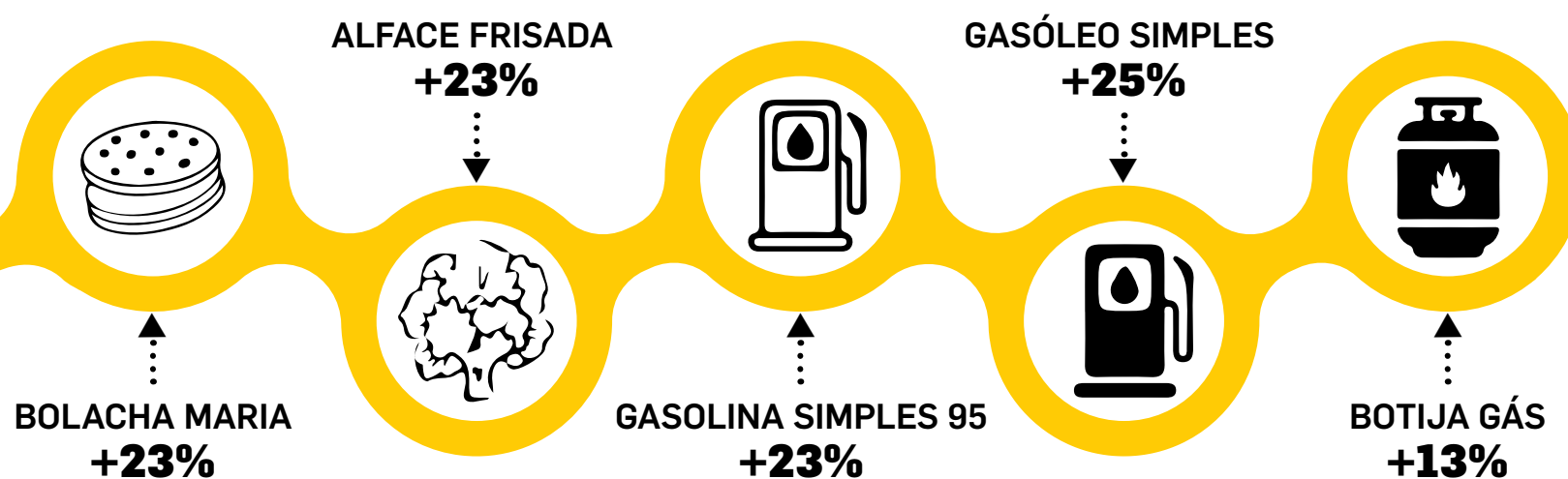
Perante este quadro de degradação das condições de vida e de trabalho de milhares de trabalhadores, o STAL defende a urgente adopção de medidas extraordinárias para travar o empobrecimento de quem trabalha, e exige que o governo PS – por via do próximo Orçamento do Estado para 2023 – inverta a actual política de baixos salários e que reponha o poder de compra perdido pelos trabalhadores da Administração Pública, e em particular os da Administração Local, cuja situação económica e social se tem vindo a deteriorar desde 2009. São 13 anos de redução do poder de compra, o que é inaceitável! ■

LUCROS DAS GRANDES EMPRESAS

Os lucros registados na 1.ª metade do ano pelas principais empresas nos sectores alimentares e da energia rondaram os 1000 milhões de euros! Vejamos os casos mais mediáticos:

- CGD: 486 milhões (+65%);
- GALP: 422 milhões (+153%);
- EDP: 306 milhões (-11%);
- JERÓNIMO MARTINS: 278 milhões (+40%);
- NOVO BANCO: 266,7 milhões (+94%);
- EDP RENOVÁVEIS: 265 milhões (+87%);
- BPI: 185 milhões (+9%);
- BCP: 74,5 milhões (+500%);
- SONAE: 62 milhões (+29,3%);
- REN: 45,9 milhões (16%).

COMBUSTÍVEIS Entre Janeiro e Junho





Trabalhadores da Administração Local participaram na manifestação da Frente Comum contra o empobrecimento, em 20 de Maio

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2023

Uma forte batalha para travar!

Os trabalhadores da Administração Pública, e em particular os da Administração Local, exigem que o Governo dê resposta à necessidade urgente da sua valorização, após mais de uma década de estagnação salarial, e que aplique a fórmula de actualização das pensões e reformas de acordo com a lei em vigor, o que levaria a subirem 7% em 2023.

JOSÉ ALBERTO LOURENÇO
(ECONOMISTA)

O Orçamento do Estado (OE) para 2022 foi aprovado há cerca de dois meses, mas – e sem o grande risco de podermos ser desmentidos – será pouco mais do que um nado-morto. O atraso na sua aprovação poderia ter sido aproveitado para fazer dele um documento mais equilibrado e justo, e para o governo PS rever as suas projecções macroeconómicas, nomeadamente as da inflação, e, em consequência, proceder a uma actualização intercalar dos salários dos trabalhadores da Administração Pública – em particular os da Administração Local – e à reposição de valores de reformas e pensões um pouco mais decentes.

Mas, conhecendo nós “o que a casa gasta”, o Governo não teve, ao longo dos seis meses em que preparou e levou à discussão o OE 2022, qualquer preocupação com o impacto que a forte subida da inflação estava permanentemente a ter na degradação das condições de vida de milhares de milhares de trabalhadores da Administração Local. Já a discussão do OE 2023, por seu lado, será efectuada num contexto político, económico e social, interno e externo, dos mais complexos dos últimos anos.

AUMENTAR PENSÕES E REFORMAS EM 7,3%

Em termos externos, a guerra na Ucrânia (que parece não acabar), a inflação que não abranda e as taxas de juro que o Banco Central Europeu (BCE) controla, e

que iniciaram já uma trajectória ascendente, constituem um conjunto de “nuvens negras” que ameaçam o nosso país, podendo trazer atrás de si uma “tempestade perfeita”, pronta a desabar sobre a nossa economia, com efeitos devastadoras sobre os trabalhadores e suas famílias. Sabendo que os actuais níveis de inflação trazem consigo uma forte quebra do poder de compra, não podemos ignorar que as subidas das taxas de juro vão, por si só, acarretar um agravamento muito considerável nas prestações mensais dos empréstimos à habitação, de que dependem mais de um milhão de agregados familiares, sendo previsível que este agravamento possa atingir mais de uma centena de euros nos próximos meses e anos. Nos últimos meses, temos ouvido do Governo – e até mesmo do

Presidente da República – promessas de que, em 2023, será aplicada a fórmula de actualização das pensões e reformas de acordo com a lei em vigor. A acontecer, desde já que nos devemos congratular todos com a aplicação da mesma, porque certamente não passaria pela cabeça de quem engendrou tal fórmula, que a sua aplicação desse, em algum ano, os resultados que dará para 2023.

É que, pela aplicação da lei – que conjuga um elevado crescimento médio do PIB no corrente ano e no ano passado (acima de 4%), e uma elevada inflação este ano (entre 6,5 e 7%) –, a esmagadora maioria das pensões e reformas deverão ter, no início do próximo ano, uma actualização em torno dos 7,3%. Desta forma, e pelo menos por uma vez, os pensionistas e reformados

terão uma actualização de pensões que compensará a inflação suportada no ano anterior, repondo-se, muito justamente, o seu poder de compra.

Refira-se que isto só foi possível porque, após um ano (2020) da maior recessão de que há memória com o PIB a cair 8,4% ao ano, a retoma da actividade económica atingiu naturalmente, ao fim de dois anos, o nível de 2019, permitindo assim que os reformados e pensionistas viessem disso a poder beneficiar.

COMBATER A POLÍTICA DE BAIXOS SALÁRIOS

Esta será uma questão importante e que dominará, certamente, a discussão do OE 2023, tendo o governo PS de justificar como é que, havendo dinheiro para aumentar pensionistas e reformados em cerca de 7,3% (que ajudará a amenizar a vida de muitos milhares de portugueses), tudo leva a crer que os aumentos para os trabalhadores da Administração Pública serão, mais uma vez, muito inferiores. A talhe de foice, refira-se que a presidente do BCE (Christine Lagarde) defende que não deverão ultrapassar os 2%.

Como gostaríamos de estar enganados e, num próximo artigo, fazermos aqui o nosso *mea culpa*. Mas, como diz o sábio povo, “gato escaldado de água fria tem medo” ...

Falta pouco tempo para que o governo de António Costa apresente o OE 2023 e, como acabamos de referir, são muitos os desafios a que este orçamento terá de dar resposta, embora, e face ao que aconteceu no passado mais recente, as expectativas sejam baixas.

Reafirma-se, nunca é demais fazê-lo, a necessidade e urgência da valorização dos trabalhadores da Administração Pública, em particular dos da Administração Local, e que, após mais de uma década de estagnação salarial (que o próprio governo reconhece), se assuma como prioridade a inversão da política de baixos salários neste sector que, além do contributo directo na recuperação da nossa economia, é indispensável na valorização do trabalhadores e no reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado. ■

ELEIÇÕES PARA REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES E APOSENTADOS BENEFICIÁRIOS NO CGS

“É preciso impedir a destruição a ADSE”

O acto eleitoral está marcado para 30 de Novembro, e o STAL, no âmbito da Frente Comum, apoia uma lista concorrente e apela à forte participação dos trabalhadores da Administração Local nestas eleições, em defesa deste direito e da natureza pública e solidária deste subsistema de Saúde dos trabalhadores da Administração Pública.

A Frente Comum, em Julho, denunciou publicamente a intenção do governo PS de afastar os representantes dos sindicatos da Comissão Eleitoral e de não negociar esta matéria com as estruturas sindicais. A Frente Comum, afirmando que a ADSE é matéria de negociação com os sindicatos, considerou que o regulamento eleitoral não era um tema interdito e que o governo, ao fugir à negociação, procurou um caminho de farsa democrática assente no afastamento dos sindicatos, que são as organizações que mais trabalhadores beneficiários da ADSE representam. O Governo foi obrigado a recuar nas suas intenções e a manter os sindicatos na Comissão Eleitoral.

Fátima Amaral, representante da Frente Comum no CGS e dirigente do STAL, justifica a importância destas eleições “**por ser preciso defender a ADSE e impedir a destruição deste direito dos trabalhadores, e de haver neste órgão quem não compactue com as intenções do Governo de a tornar uma outra ‘coisa’, seja uma mútua ou outro modelo desse tipo**”.

SALDO APETÍVEL PARA PRIVADOS...

Sublinhando que “**a ADSE não é um privilégio, mas um direito dos trabalhadores, totalmente pago por eles!**”, a dirigente sindical alerta que “**a ADSE passar para os grandes grupos privados Saúde/Seguradoras, é altamente apetecível pelo que representa, nomeadamente os mais de mil milhões de euros que resultam das contri-**



Fátima Amaral, dirigente do STAL, representa a Frente Comum no CGS da ADSE

buições dos 1,2 milhões de trabalhadores e aposentados da Administração Pública beneficiários da ADSE (entre titulares e familiares), um número superior ao de qualquer seguradora no nosso país. Daqui se depreende o que está em causa nestas eleições...



A primeira condição para se ser beneficiário da ADSE é ser trabalhador da Administração Pública.

Frisando que este subsistema de Saúde “**é financiada pelos seus beneficiários, que descontam 3,5% do salário durante 14 meses, quando o ano tem só 12, sendo que o Estado não contribui nem com 1 euro para a saúde dos seus trabalhadores**”, Fátima Amaral realça que

“o projecto do governo PS é, há muito, o de desvirtuar a natureza e o propósito da ADSE”, lembrando que esta “foi criada ainda no tempo do fascismo [ver caixa]; quando não existia Serviço Nacional de Saúde, inserindo-se nas obrigações das entidades empregadoras para com a saúde dos seus trabalhadores”.

Daí que saliente tratar-se de um direito dos trabalhadores da Administração Pública que “**importa defender da ‘gula’ dos privados**”, realçando também que se trata “**de um sistema solidário e intergeracional**”.

... “EMBELEZA” ORÇAMENTO DO ESTADO

Foi no período da *troika* que se alterou o modelo de financiamento da ADSE, com o governo PSD/CDS de Passos Coelho a deixar “cair” as comparticipações do Estado, sobrecarregando ainda mais os salários e pensões dos trabalhadores da Adm. Pública, cuja contribuição mensal subiu progressivamente até chegar aos 3,5% do salário mensal ou pensão. “**É nessa altura que se dá a primeira grande discussão sobre o futuro da ADSE**”, recorda Fátima Amaral, acrescentando que, “**já então o governo e alguns sectores apontavam para que se transformasse numa mútua, desvirtuando-se totalmente todo este edifício**”, e que tal só não aconteceu “**devido à intervenção do movimento sindical, que mobilizou os trabalhadores para se oporem a tal intenção, porque na altura também houve uma consulta pública e vários ‘opinadores’ que argumentavam no sentido das vantagens da mutualização**”.

Com ironia, a representante da Frente Comum no CGS destaca a “particularidade” de se tratar “**do único instituto público para o qual o Estado não contribui, sequer, para as despesas de funcionamento, suportando as contribuições dos beneficiários da ADSE tudo, até a renda do edifício onde está sediada e que é paga ao Governo, que todos os anos usa o saldo das contas da ADSE, fruto das contribuições dos trabalhadores e aposentados, para embelezar o Orçamento do Estado ...**” ■

ADSE FOI CRIADA EM 1963

A Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado foi criada em 1963, abrangia apenas os funcionários públicos no activo, os quais nada descontavam para este subsistema de Saúde. Os beneficiários começaram a contribuir em 1979, com 0,5% do salário, ficando os reformados isentos. Um ano depois, a ADSE foi transformada na Direcção-Geral de Protecção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas e o desconto aumentou para 1%. Em 2006, com o governo de José Sócrates, a ADSE foi equiparada a entidade administradora das receitas provenientes do desconto obrigatório. A inscrição deixou de ser obrigatória e os beneficiários passaram a poder renunciar

a este subsistema de Saúde, ficando, porém, sem hipótese de regressar. Em 2007, o desconto dos funcionários no activo aumentou para 1,5%, e os aposentados passaram a contribuir com 1% da sua pensão, valor que subiu gradualmente até 1,5%, com os descontos a constituírem, então, receita própria da ADSE. Já no período da *troika* e do governo PSD/CDS de Passos Coelho, o desconto dos beneficiários aumentou para 2,5% e, menos de um ano depois, em Maio de 2014, subiu para os actuais 3,5% em 14 meses, com a ADSE a deixar de receber verbas do Orçamento do Estado, passando a ser suportada, integralmente, pelos descontos dos trabalhadores e aposentados seus beneficiários.

DIRECÇÃO REGIONAL DE CASTELO BRANCO COM NOVA EQUIPA DIRIGENTE

Mais força à luta pelos direitos laborais e sociais

As eleições intercalares realizaram-se em 22 de Junho, convocadas pela Mesa da Assembleia Geral do STAL, na sequência da demissão da maioria dos anteriores dirigentes, em Outubro passado.

Os novos órgãos sociais da Direcção e da Mesa da Assembleia Regional de Castelo Branco do STAL tomaram posse em 13 de Julho, no auditório da Casa Sindical, em Castelo Branco, e a nova equipa compromete-se a prosseguir a luta pelos direitos e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, assim como pelo fortalecimento do STAL, pela valorização do Poder Local e dos



A nova equipa regional tomou posse, a 13 de Julho, na Casa Sindical da CGTP-IN de Castelo Branco

serviços públicos, em defesa das conquistas de Abril, pela transformação da sociedade no rumo do progresso, da igualdade e da justiça social.

Ao longo do dia em que decorreram as eleições intercalares, funcionaram 18 mesas de voto abrangendo câmaras municipais, juntas de freguesia, associações de bombeiros, empresas municipais e privadas, num total de 1066 associados, que tiveram a oportunidade de exercer o seu direito de voto e, dessa forma, intervir na escolha dos órgãos do seu Sindicato.

Neste sufrágio concorreu apenas uma lista (A), sob o lema “Unidos Somos Mais Fortes, Valorizar os Trabalhadores, Conquistar Direitos”, que conta com elementos com mais anos de experiência e outros que abraçam pela primeira vez esta responsabilidade, cujo Programa de Acção visa o reforço do STAL na região, dando mais força à luta pelos direitos laborais e sociais. ■

“O VERÃO DOS TESOS”

- CRECHE, SSO E REFEITÓRIOS
- OPÇÃO GESTIONÁRIA E AUMENTOS SALARIAIS
- SUPLEMENTO PENOSIDADE E INSALUBRIDADE
- SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUAS

A partir das 16h00
21 JUL

A PRAIA VAI ATÉ AO CHALÉ!

ALMADA: “VERÃO DOS TESOS”

Em 21 de Julho, a Comissão Sindical do STAL promoveu, na Cova da Piedade, uma acção denominada “Verão dos Tesos”, que pretendeu chamar a atenção para o facto de a Câmara Municipal negar-se a aplicar direitos, com impacto positivo na vida dos trabalhadores, e de retirar valências sociais de grande importância. Os trabalhadores marcaram também presença na Assembleia Municipal, para alertar os eleitos para a necessidade de se garantir que a creche e o Jardim de Infância 1.º de Maio continue na esfera dos trabalhadores, e exigir o acesso universal e gratuito à Educação. ■

VN BARQUINHA: ACEP COM MAIS DIREITOS

A 14 de Julho, o STAL assinou um novo ACEP com o Município, que garante, além de outros direitos, a recuperação de três dias de férias a todos os trabalhadores, mediante avaliação positiva, a limitação do trabalho suplementar a 200 horas e garante a dispensa a trabalhador dador de sangue ou de medula. Este novo acordo revoga o estabelecido em 2015. ■



CRATO: NOVAS OFICINAS

Em Junho, e fartos de esperar pela construção das novas oficinas municipais, os trabalhadores da CM Crato deslocaram-se até à sede do Município para entregar uma resolução, aprovada em plenário, exigindo que as telhas de amianto fossem removidas, bem como a concretização da obra das novas oficinas, para que disponham de instalações sanitárias e de espaço de refeição dignos. ■



PORTO: PROTESTO CONTRA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

Tendo em conta que o actual processo de transferências de competências do Estado para as autarquias – que resulta de um acordo entre PS e PSD, com a conivência da ANMP – não tem em conta o interesse público nem respeita os trabalhadores, no início de Julho a DR Porto participou num protesto público para exigir que o processo não pode avançar sem envolver os trabalhadores, sem ouvir os seus representantes e sem acolher as preocupações de todos os que, diariamente, asseguram o funcionamento dos serviços públicos. ■



MADALENA: LUTA PELO SPI

Os trabalhadores do Município da Madalena (Ilha do Pico) avançaram com uma Petição Colectiva e uma greve ao trabalho suplementar para exigir a aplicação do SPI de 2021 e 2022, apesar das “várias promessas feitas ao longo dos últimos meses” pela câmara nesse sentido. ■



SINTRA: CONQUISTAS NA EMES

STAL e Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra assinaram, em 15 de Julho, um Acordo de Empresa, garantindo melhores condições para os trabalhadores. O documento resulta de um amplo processo negocial e nele ficam firmadas novas carreiras, garantida a evolução profissional, definidas as condições de progressão, regimes de horário de trabalho, diuturnidades, 25 de férias e demais direitos. Uma vitória para os trabalhadores da EMES, assim ficam em melhores condições para prestar um serviço público de qualidade. ■

ALENQUER: PAGO RETROACTIVO A JANEIRO, MAS FALTA O DE 2021

Também os trabalhadores da CM Alenquer, depois de marcharam até aos Paços do Concelho, viram o seu protesto dar frutos, já que a Autarquia começou a pagar o SPI em Junho, com retroactivos a Janeiro deste ano. Mas a luta ainda não terminou, visto a edilidade continuar a não pagar os retroactivos a Janeiro de 2021, pelo que os trabalhadores, com o apoio do STAL, irão continuar a lutar pelos seus direitos. ■

CASCAIS: ACORDOS DE CEDÊNCIA QUESTIONADOS

O Município deu parecer negativo ao regresso dos trabalhadores dos antigos SMAS e que, por via de Acordo de Cedência, integram a Águas de Cascais (AdC). Os trabalhadores querem saber por que razão está a empresa a cessar os referidos acordos, e questionam os fundamentos da rejeição da CM exigindo, ainda, uma reunião, com carácter de urgência, com os presidentes da administração da AdC e do Município. ■

CONDEIXA: LUTA PELO SPI

Os trabalhadores manifestaram-se à porta da autarquia, exigindo o pagamento do SPI no nível máximo a todos, e em todos os dias em que se encontrem ao serviço, de acordo com o estipulado na Lei. O Município alega que SPI não pode ser pago se o trabalhador já receber um suplemento semelhante, mas nenhum trabalhador recebe nada de semelhante, já que o subsídio de turno e o pagamento de horas extraordinárias não é um pagamento compensatório por trabalho penoso ou insalubre. Trata-se de mais um argumento de uma Câmara que não quer pagar o que é devido aos seus trabalhadores! ■



TAVIRA: FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO

Os trabalhadores do Município realizaram, em 6 de Julho, um plenário em frente aos Paços do Concelho, em que reafirmaram a necessidade de respostas a problemas com que se debatem diariamente, designadamente a falta de condições de trabalho. Exigiram, ainda, respostas às suas reivindicações, que estão reunidas no Caderno Reivindicativo que o STAL entregou ao executivo municipal. ■



MÉRTOLA: ACEP MELHORADO

Uma nova versão do ACEP entre o STAL e a Junta de Freguesia, o primeiro no distrito de Beja, foi assinada a 12 de Julho e assegura melhores condições para os trabalhadores da autarquia, contribuindo para a reposição e garantia de direitos retirados aos trabalhadores, que atravessam um período difícil, devido à política de baixos salários adoptada pelo governo PS e pelo aumento do custo de vida. ■

LISBOA: LUTA PELO SPI DÁ “FRUTOS”

No Município de Lisboa, e na sequência da luta dos trabalhadores do sector da Higiene Urbana, a CM aprovou a aplicação do SPI conforme o reivindicado, atribuindo o Nível Alto aos trabalhadores a exercer funções nas áreas da higiene urbana, saneamento, cemitérios, limpeza de canis e recolha de cadáveres animais e asfaltadores de rodovias; e o Nível Médio aos encarregados gerais operacionais e das áreas referidas; assim como pagar os retroactivos do SPI desde Janeiro de 2021. ■



LAGOA: EXIGIDO VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

ADR Faro realizou, em 9 de Junho, um plenário de trabalhadores frente à Câmara para exigir, entre outros, a aplicação abrangente do SPI, com o nível máximo para todos e o seu pagamento. A acção inseriu-se na iniciativa “STAL na Rua”, contra o empobrecimento e o ataque aos direitos dos trabalhadores. ■



FALECEU RICARDO FIGUEIRA

Ricardo Figueira, dirigente da DR de Ponta Delgada, faleceu em 11 de Agosto, aos 49 anos. Funcionário da CM Povoação, integrou a DN do STAL entre 2016 e 2019, Sindicato a que estava ligado desde 2004 e no qual assumiu diversas responsabilidades ao longo das últimas quase duas décadas. O STAL lamenta esta morte prematura e deixa sentidas condolências à família e aos amigos próximos. ■

O PRINCIPAL PILAR DO SISTEMA DE PROTECÇÃO CIVIL EM PORTUGAL

STAL determinado na luta e na defesa dos direitos dos bombeiros



O Sindicato defende a necessidade urgente e inadiável de reexame das políticas de prevenção e combate aos incêndios e à tomada de medidas de Protecção Civil que garantam a segurança das populações e dos operacionais, e destaca o inquestionável papel de todos os bombeiros portugueses, cuja competência, coragem e espírito de missão é amplamente reconhecido por todos.

Até meados de Agosto, Portugal era o país com maior percentagem de área ardida na Europa em relação à dimensão do país, segundo os dados do Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais, sendo o terceiro com maior área ardida, apenas atrás da Espanha e da Roménia.

E na primeira linha do combate a este autêntico flagelo nacional, estão os bombeiros, cuja competência, determinação, coragem e espírito de missão é amplamente reconhecido por todos. O que tarda é a sua devida dignificação profissional, por via da valorização das carreiras e das condições de trabalho (nomeadamente, melhores salários e horários dignos), que os sucessivos governos do PS e PSD/CDS insistem em ignorar. E a bravura, empenho e dedicação à causa pública e às populações demonstrada pelos bombeiros – quer sejam profissionais ou voluntários – não fica apenas patente neste período particularmente difícil, marcado pelos grandes incêndios com enorme impacto mediático, mas ao longo de todo ao ano, em que continuam a dar resposta às numero-

sas solicitações de emergência pré-hospitalar, socorro e resgate de vítimas de acidentes rodoviários, transporte de doentes não urgentes e socorro das pessoas, prestando, ainda, outros serviços relevantes para a salvaguarda das populações. Estes trabalhadores, pertencentes a diversos sectores e carreiras profissionais – bombeiros sapadores, bombeiros das associações humanitárias, sapadores florestais, Força Especial de Bombeiros e os operadores de comunicações, entre outros –, exercem funções inestimáveis (de socorro de pessoas e bens), que há muito merecem e reivindicam o justo reconhecimento. Nesse sentido, o STAL solicitou de novo, em Agosto e com carácter de urgência, uma reunião ao

Ministro da Administração Interna, para debater soluções para diversos problemas, designadamente o actual regime dos bombeiros e sapadores florestais, e a perversa “disponibilidade permanente” prevista no art.º 25.º do DL 106/2002, com a redacção introduzida pelo DL 86/2019.

MELHORES SALÁRIOS E MAIS DIREITOS

O STAL, que promoveu nos últimos meses uma ronda nacional de contactos junto dos trabalhadores deste sector, defende a necessidade, urgente e inadiável, de reexame das políticas de prevenção e combate aos incêndios e à tomada de medidas de protecção civil, que garantam a

segurança das populações e dos operacionais, e destaca o reconhecido e inquestionável papel de todos os bombeiros portugueses – sejam sapadores bombeiros, sapadores florestais, bombeiros profissionais das associações humanitárias ou bombeiros voluntários –, que estão na primeira linha de resposta em situações de crise, sendo eles o principal pilar do sistema de Protecção Civil em Portugal. Ao longo do tempo, temos assistido à implementação, pelos sucessivos governos do PS e do PSD/CDS, de políticas de desvalorização destas carreiras, com medidas legislativas que prejudicam os trabalhadores e a prestação do serviço que prestam às populações.

O STAL reafirma a total determi-

nação e empenho na luta e defesa dos direitos dos trabalhadores deste sector; no combate à precariedade, na exigência de financiamento através de critérios transparentes e na clarificação da organização das estruturas do sector de Protecção Civil, bem como o encontro de soluções com vista a resolver as situações que se agravam com o passar dos anos.

Ao lado destes trabalhadores, o STAL continuará a luta, entre outros, pela valorização dos salários e direitos de todos os trabalhadores dos diversos sectores (nomeadamente, em matéria de horários de trabalho, vínculos, carreiras, salários e aposentações/reformas); pelo fornecimento dos adequados equipamentos de protecção individual; pela atribuição do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco e do Subsídio de Disponibilidade; pela definição da carreira de bombeiro como profissão de desgaste rápido; pelo descongelamento dos concursos de promoção; pela exigência de que o trabalho prestado fora do normal horário de trabalho é tido como trabalho suplementar e, como tal, pago nos termos legais; pelo desbloqueamento da formação profissional e criação de uma escola superior de ensino especializado; e pela criação de estruturas de saúde e segurança no trabalho e a implementação de gabinetes de medicina preventiva. ■

SOLIDARIEDADE E PROFUNDO PESAR PELAS VÍTIMAS

Reconhecendo a grande coragem e o sacrifício pessoal demonstrado pelos bombeiros portugueses – que, muitas vezes, colocam em risco a própria vida – o STAL saúda todos estes operacionais e manifesta a sua solidariedade para com as populações atingidas pelos violentos incêndios e um profundo pesar pelas vítimas mortais endereçando sinceras condolências aos seus familiares, e de forma muito particular, à dos bombeiros vitimados no exercício da sua missão.

DÁ MAIS FORÇA AO STAL NA DEFESA DOS TRABALHADORES. UNIDOS SOMOS MAIS FORTES!

Traz um sócio contigo!

Convida um colega a sindicalizar-se no STAL, ajudando a crescer e a fortalecer o nosso Sindicato, que assinalou, em 24 de Agosto, o 47.º aniversário com um almoço-convívio, em Lisboa, que reuniu cerca de centena e meia dos seus dirigentes e trabalhadores, de todo o País.

Além da fraterna confraternização, este encontro serviu também para reafirmar as principais reivindicações do Sindicato em defesa dos trabalhadores da Administração Local, como frisou na ocasião José Correia, presidente do STAL, salientando a importância de, **“ainda este ano, se intensificar a luta contra o empobrecimento a que os trabalhadores estão sujeitos há mais de uma década”, comprometendo-se ainda o Sindicato “em prosseguir o combate pela valorização dos salários, das carreiras e das profissões, e pela dignidade dos trabalhadores deste sector”.**

Na ocasião, o presidente do Sindicato destacou, ainda, **“o empenho, a dedicação e a militância sindical de todos os trabalhadores do Sindicato em prol dos associados”.**

Nascido em 24 de Agosto de 1975, o STAL foi o primeiro sindicato a ser criado no período da democracia no sector da Administração Pública, assentando toda a sua história nos valores da Revolução de Abril, na luta pela conquista de direitos fundamentais para todos os trabalhadores,



por um Portugal mais justo, desenvolvido e democrático. Com direcções regionais em todos os distritos, incluindo nos Açores e na Madeira, o STAL conta com a força dos seus mais de 40 mil associados, representando trabalhadores das mais variadas categorias profissionais – dos sectores operário, auxiliar e administrativo aos técnicos superiores – que encontram no Sindicato a capacidade, o dinamismo e a coerência para, em con-

junto, defender os seus interesses e lutar contra todos os ataques desferidos aos trabalhadores pelos sucessivos governos.

CONTIGO SOMOS MAIS FORTES!

Sob o lema “Contigo Somos Mais Fortes!”, o STAL realiza anualmente a sua campanha de sindicalização, que permite juntar mais trabalhadores a este grande colectivo, para que possamos continuar as lutas – a nível nacional ou nos locais de trabalho – que se impõem concretizar. A sindicalização é crucial para continuar a afirmar o STAL como um grande sindicato unitário, democrático, de classe e de massas. E estar sindicalizado é estar organizado e fortalecer o grupo de trabalhadores que pode fazer a diferença; é ter direito à contratação colectiva e é poder intervir, como parte legítima, em acções judiciais e ter o direito de participar na elaboração da legislação laboral.

Contamos contigo para ajudar o nosso sindicato a crescer e a tornar-se mais forte. Convida um colega a inscrever-se no STAL. Unidos somos mais fortes! ■



PARCERIA STAL/ DECO: VANTAGENS ESPECIAIS PARA SÓCIOS

O STAL e a DECO estabeleceram uma parceria que oferece um conjunto de vantagens aos nossos associados, como a possibilidade de subscreverem a revista DECO PROTESTE com 60% de desconto, durante 12 meses; aceder a conteúdos exclusivos no [site deco.proteste.pt](http://site.deco.proteste.pt); a utilizar o apoio da associação para defender as denúncias e reclamações nas áreas de direito ao consumo, económica e financeira; o acesso ao cartão DECO+, que oferece descontos imediatos em diversos sectores, como combustíveis, seguros, banca, lazer, saúde e alimentação.

Associando-se aos 320 mil associados desta organização de consumidores portugueses, os sócios do STAL podem receber as revistas editadas pela DECO e um guia prático, à escolha, todos os meses, podendo terminar a subscrição em qualquer altura. Os interessados devem inscreverem-se através do seguinte link: http://descobrir.deco.proteste.pt/oferta?site_name=BDSTAL&prm_id_c=PTBDSTAL

“SARAMAGO, ESCRITOR DE INQUIETAÇÕES” EM MAFRA

O Palácio Nacional de Mafra (mais propriamente a Sala do Torreão Sul) acolhe, até ao final de Setembro, a exposição itinerante promovida pelo STAL em homenagem a José Saramago, cujo percurso pessoal e literário ficou marcado pela defesa da justiça social, dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos.

Esta iniciativa cultural – que foi inaugurada na Sala de Leitura Bernardo Santareno, em Santarém, onde esteve patente entre Julho e Agosto – estrutura-se sobre um conjunto de painéis com fotografias, pensamentos, estratos das obras e de entrevistas, além de momentos da vida do escritor, cuja dimensão social, cívica, política e cultural se condensa em torno de um desígnio maior: a defesa da condição humana na sua



plenitude, dos direitos dos trabalhadores e da liberdade dos povos.

José Correia, presidente do STAL, realça a importância desta homenagem ao único Prémio Nobel da Literatura em Língua Portuguesa, que procura **“preservar o exemplo, a memória, as convicções e a forte determinação em defesa da justiça social e dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos, plasmados na vasta obra que nos legou”.**

Já António Marques, o curador desta exposição, defende que **“é preciso colocar Saramago no lugar que merece”** na cultura portuguesa, **“cujos degraus percorreu ao longo da sua vida literária, dominando a palavra escrita com grande vigor, engenho e arte”.**



Em Lisboa e no Porto, milhares de participantes clamaram pela Paz no Mundo

URGE REFORÇAR A LUTA PELA PAZ, JUSTIÇA E PELO PROGRESSO

Os “monstros” da guerra andam à solta

É preciso combater a exploração e a miséria, num quadro em que o neoliberalismo continua firmemente ancorado nos tratados da União Europeia e na legislação. Disso depende o nosso futuro.

Depois da pandemia, cujas trágicas consequências ainda se fazem sentir, é agora a guerra na Ucrânia que se agrava, e que, como tantas outras, se arrasta há anos perante a quase indiferença da comunidade internacional, e que conheceu uma nova escalada com a condenável invasão levada a cabo pela Rússia. Uma guerra previsível, evitável e a que é preciso por fim o quanto antes, pois como todas as outras “(...) primeiro que devore os homens lhes despeja os bolsos, um por um, moeda atrás de moeda, para que nada se perca e tudo se transforme (...). E quando está saciada de manjares, quando já regurgita de farta, continua no jeito repetido de dedos hábeis, tirando sempre do mesmo lado, metendo sempre no mesmo bolso. É um hábito que, enfim, lhe vem da paz”, como escreveu José Saramago em *Levantado do Chão*. Para os dois lados da guerra e, sobretudo, para o lado ucraniano, a perda é terrível. Para a

maioria da população mundial é o empobrecimento crescente, enquanto os negociantes de armas, os especuladores e os grandes grupos económicos enriquecem. Os lucros escandalosos do privatizado e monopolizado sector da energia e dos combustíveis é disso exemplo.

E o anúncio de aumento das despesas militares é mais um sinal dado aos trabalhadores de que não esperem melhorias nos salários, ou nos serviços públicos, como a Educação, Saúde, Protecção Social ou Habitação. Muito pelo contrário, tudo aponta para a sua continuada degradação, agravando desigualdades, semeando a pobreza e a desesperança que alimentam a extrema-direita.

IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Submissa à agenda dos EUA/NATO, a União Europeia prossegue e insiste no aprofundamento do neoliberalismo, do militarismo e do federalismo. É nesse

sentido que, sob o lema “completar o mercado único”, a Comissão Europeia procura alargar as regras do mercado a todas as áreas sociais, ao mesmo tempo que reforça a sua aplicação. O objectivo é uma Europa onde os sectores da Água – reeditando, neste caso concreto, a tentativa (derrotada em 2013 pela luta social) de liberalizar o sector (a famigerada directiva das concessões) –, da Saúde e da Educação, designadamente, são tratados como meros negócios, enquanto os poderes públicos têm cada vez menos capacidade para regular a economia e defender o interesse público.

A pandemia mostrou a importância dos serviços públicos para o bem-estar das sociedades. Mas, como se vê, o neoliberalismo continua ancorado nos tratados da União Europeia e na legislação. É, pois, preciso combater os monstros da guerra, da exploração e da miséria. É urgente reforçar a intervenção e a luta pela Paz, pela justiça e pelo progresso. Disso depende o nosso futuro. ■

BREVES

Ucrânia: aprova legislação anti-laboral

O governo e o parlamento ucranianos usam a guerra como desculpa para atacar os direitos dos trabalhadores e os sindicatos. Recentemente, o Parlamento aprovou uma lei que discrimina os trabalhadores em organizações com menos de 250 trabalhadores, que passam a poder ignorar os acordos coletivos existentes. Esta lei destrói os direitos colectivos e levará à fragmentação de organizações maiores em entidades menores pelos empregadores. A sua adopção é contrária aos princípios da não discriminação e do diálogo social, mas também as obrigações decorrentes das convenções ratificadas da Organização Internacional do Trabalho. O Parlamento aprovou também uma lei que permite aos empregadores contratar até 10% de sua força de trabalho em contratos precários ou de zero horas. Há ainda dois projectos de lei que confiscam a propriedade da Federação dos Sindicatos da Ucrânia (FPU), como sanatórios, hotéis e centros de formação actualmente usados para acolher deslocados da guerra. ■

Espanha: a morte ao sol

A morte de dois trabalhadores da limpeza urbana, em Madrid, provocada por golpes de calor, motivou uma forte onda de solidariedade e contestação contra o município e as empresas privadas do sector, acusados de fazer orelhas moucas aos alertas dos sindicatos e de não cumprirem as normas de saúde e segurança no trabalho. As Comisiones Obreras voltaram a exigir a implementação de um protocolo de trabalho em situação de altas temperaturas. ■

Escócia: trabalhadores da Administração Local exigem melhores salários

Os trabalhadores da Ad. Local na Escócia, filiados no UNISON, Unite e GMB, rejeitaram a oferta salarial de 2% dos empregadores e apoiaram a realização de acções de luta. Os sindicatos consideram que a proposta é muito inferior à inflação e não leva em conta a perda de poder de compra. ■

Itália: vitória sobre acordo colectivo

A Fp-Cgil - Federação Sindical dos Serviços Públicos, congratulou-se com a recente decisão judicial que impediu um empregador de aplicar um acordo colectivo inferior. A acção foi movida contra a La Nostra Famiglia, uma entidade sem fins lucrativos de saúde e assistência social, que queria assinar um acordo com salários mais baixos e horários de trabalho mais longos. A decisão do tribunal significa que o empregador tem que compensar os trabalhadores por qualquer perda salarial e aplicar o acordo existente negociado pela Fp-Cgil e outras estruturas. ■

Irlanda: reivindicação por melhores salários

Os sindicatos do serviço público, incluindo Forsa, SIPTU e INMO, concordaram em lançar uma campanha sobre salários. Os sindicatos já haviam exigido ao governo a revisão dos salários face ao aumento da inflação. No entanto, a resposta foi uma proposta de aumento de 2,5% em 2021-22, quando a inflação já superou os 9%. ■

Bélgica: confederações sindicais recusam propostas de reforma da segurança social

As principais confederações sindicais belgas recusam as propostas governamentais de reforma da segurança social e estão preocupados com as regras mais rígidas aplicáveis aos 20 anos de trabalho necessários para atingir a pensão mínima agora proposta no valor de € 1.500 (o valor mensal chegará a € 1.630 até 1 de janeiro de 2024), assim como o facto de que os períodos de desemprego não serão tidos em conta. Rejeitando a proposta de aumento da idade da reforma para 67 anos até 2030, os sindicatos contestam a ausência de propostas de reforma antecipada. ■

CONVERSAS DESCONVERSADAS

ADVENTINO AMARO

Só lhes faltava mais esta!

Andavam os *States of USA* muito entretidos a vender o seu produto mais lucrativo (armas, muitas armas do último modelo, pesadas, mas lindas, fáceis de usar e de resultados garantidos, como pode ser comprovado no Iraque, na Síria, na ex-Jugoslávia desmembrada, no Afeganistão, na Líbia, agora na Ucrânia “e não digo mais se não fico sem espaço para me estender”), na nobre missão, vastamente reconhecida internacionalmente, de impor a todo o Mundo o seu modelo mui cristão de democracia quando, lá das Américas sulistas, chegaram notícias preocupantes. Um dos países, até aqui esmagados sob a pata dos aspirantes a donos do Planeta e seu fiel servo, parece que está a armar-se em parvo e a pretender libertar-se do peso da bota cardada que guarnece a pata da besta. Os resultados da 2.^a volta das eleições presidenciais, realizadas na Colômbia em 19 de Junho e quase ignoradas pela generalidade da nacional/informação, prenunciam uma mudança de rumo significativa. A independência face à feroz política de terra queimada imposta do exterior será, certamente, a mais importante e difícil de conseguir. Imagino o que escorre já das mentes dos senhores da guerra, incomodados pela falta de respeito daquele povo mal-agrado pela desigualdade obscena de rendimentos entre ricos e pobres, pelos assassinatos em massa de sindicalistas e outros defensores dos mais fracos, pelo direito à existência dos cartéis de droga, permitida, acarinhada e aproveitada até aqui pelos servidores

do império que têm “governado” o país. Não é difícil de prever as várias formas de travar a libertação daquele povo que estarão a ser estudadas... Desde logo, a já tão usada que não sei se aguentará mais meias solas, que consiste em declarar que as eleições não foram livres, os resultados não são válidos e, portanto, os DDT e os seus humildes vassallos (entre os quais um governo português que nos envergonha) não reconhecem o novo presidente. Depois, procura-se um Guaidó que esteja mais à mão, incentiva-se o pobre diabo a declarar-se presidente, convoca-se a população para se manifestar em seu apoio, espera-se que as Forças Armadas alinhem na farsa... e pronto! Fica a democracia *Made-in-USA* restabelecida. Entretanto, vai-se tentando aliciar alguns altos oficiais das Forças Armadas para que o plano não falhe. Pessoalmente, e depois do fiasco em que redundou esta estratégia na Venezuela, não acredito muito nela. Mas, cuidado! Terá o novo presidente tempo para desNATOar as Forças Armadas, desde há décadas (para não dizer sempre...) ao serviço de um regime corrupto? Lembranças do Chile de Allende sempre presentes... Depois, os gajos têm em carteira um vasto arsenal de soluções. Veja-se o que se passou no Brasil e na Bolívia, por exemplo. Uma coisa me parece certa: esta gente não vai descansar enquanto não lançar o descrédito sobre o novo presidente eleito. E, olhando aos métodos que sempre utilizam, desde a mentira mais abjecta à calúnia mais despudorada, apoiados sempre por uma comunicação so-



cial miseravelmente vendida, os tempos que aí vêm não serão nada fáceis para o povo colombiano. Resta-nos manifestar-lhe a nossa solidariedade, na esperança de que saberá resistir a todos os assaltos da fera enraivecida. Alegro-me pessoalmente, também, por ver aumentada a lista dos países “não

democráticos”, constantemente invocados pelos pobres de espírito cuja argumentação definitiva em defesa das suas teses não passa de “porque não vão para Cuba, ou para a Venezuela, ou para a Coreia do Norte?” Pronto. Já podemos ir também para a Colômbia. Não se esqueçam. ■

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1		■									
2							■				
3											
4				■							
5			■		■	■					■
6											
7	■						■				■
8		■						■		■	
9											
10		■									
11				■							■

PALAVRAS CRUZADAS

Horizontais – 1. País europeu, cujo humorista de serviço passou a “grande líder”. 2. Costurais; esta competição de basquetebol é a única coisa boa de ver, vinda dos EUA. 3. Torne louro: procuro piolhos. 4. Caixa de madeira com tampa convexa; levianos. 5. Sim, ainda o podemos respirar, aparentemente de borla; pequeno mamífero desdentado da ordem dos tatus. 6. Estado em que se encontram as ideias dos que não pactuam com o pensamento único obrigatório. 7. Popularidade; ocasião. 8. A polícia política do salazarismo fascista de que alguns têm saudades...; quatro em numeração romana. 9. O mais alto grau; estopada. 10. É a mãe da nossa mais que tudo, tantas vezes incompreendida; interpreta um escrito. 11. Curso de água natural e abundante; grande artéria que nasce no ventrículo esquerdo do coração e leva o sangue a todo o corpo.

Verticais – 1. Terminas; tombar. 2. Fábricas de loiça de barro, com muita saída nas Caldas. 3. Serviu-se de; que sofre de lúpus. 4. Dizem que há lá um paraíso; risco. 5. Manifestara alegria; metade do traseiro de quase todos os animais. 6. Provi de asas; a sacrossanta moeda que nos dá cabo da vida. 7. Fronteira; cá o temos outra vez, muito embora poluído por enquanto não nos falta. 8. São os governos que vamos tendo e por isso não se enxergam. 9. Cargo ou jurisdição de abade; a mulher de que se fala. 10. Corta em toros; levante. 11. Eles; tarefa.

SOLUÇÕES

Horizontais – 1. Ucrânia. 2. Coseis; NBA. 3. Aloures; cato. 4. Bau; alirados. 5. Ar; apar. 6. Bau; alirados. 7. Aura; azo. 8. Pide; IV. 9. Apogeu; seca. 10. Sogra; le. 11. Rio; aorta.

Verticais – 1. Acabas; cair. 2. Olaria. 3. Usou; luposo. 4. Ceu; perigo. 5. Rira; nádega. 6. Aset; euro. 7. Rala; ar. 8. Incapazes. 9. Abadado; ela. 10. Atora; ice. 11. Os; sova.

VICTOR NOGUEIRA



Adriano, uma voz na Revolução

Em Portugal, os anos '60 e '70 do século XX foram tempos de lutas contra o fascismo, de lutas por melhores condições de vida e de trabalho. Os anos '60 são também anos do ascenso à independência das colónias europeias em África, não poucas vezes como resultado da luta armada. Também os estudantes das Academias de Coimbra e de Lisboa se vão paulatinamente associando a esses movimentos, sobretudo partir de 1961. Por essa altura, Michel Giacometti e Fernando Lopes Graça iniciam um processo etnográfico de recolha da música popular portuguesa.⁽¹⁾ Paralelamente, a chamada canção ou fado de Coimbra transforma-se, tornando-se socialmente interventiva ou baseada em temas populares, em que se destacam Edmundo de Bettencourt, José Afonso e Adriano Correia de Oliveira. Este Canto Livre ou de Intervenção é também o de Luís Cília, Francisco Fanhais, Fausto, José Mário Branco, Vitorino e



Manuel Freire, entre muitos outros. Com eles, a cantiga é uma arma por uma sociedade mais igualitária e justa, que se projectou nos anos depois de Abril e da Revolução.⁽²⁾ Adriano (1942/1982) distingue-se pelo timbre e clareza da sua voz, percorrendo Portugal e divulgando a poesia e temas populares. "O Canto e as Armas" (1969), com poemas de Manuel Alegre, inclui o tema "Trova do Vento que Passa", que se tornou uma das

canções emblemáticas da luta pela democracia e contra o fascismo e a guerra colonial. Entre as gravações musicais de Adriano Correia de Oliveira contam-se sete LP.^{(3) (4)} Tendo militado no PCP desde os tempos de estudante e até à sua morte, a sua vida foi de luta ao lado dos espoliados e pelo ideal socialista, em que se empenhou, integrado no colectivo com que se identificava, para que o poder pertença aos trabalhadores e às classes populares. ■

POESIA

ERMELINDA MORGADO

Tríptico do Trabalho

JOSÉ CARLOS ARY DOS SANTOS



A FÁBRICA

Da alavanca ao tear da roda ao torno da linha de montagem ao cadinho do aço incandescente a entrar no forno à agulha a trabalhar devagarinho.

Da prensa que se fez para esmagar à tupia no corpo da madeira do formão que nasceu a golpear à força bruta de uma britadeira.

Do ferro e do cimento até ao molde que é quase um esgar de plástico sereno do maçarico humano que nos solde à luz da luta e não do acetileno

nasce este canto imenso e universal sincopado enérgico fabril sereia que soou em Portugal à hora de pegarmos por Abril.

Transformar a matéria é transformar a própria sociedade que nós fomos ser operário é apenas saber dar mais um pouco de nós ao que nós somos.

Um braço é muito, mas por si não chega por trás da nossa mão há uma razão que faz de cada gesto sempre a entrega de um pouco mais de força. De mais pão.

Estamos todos num único universo e não há uns abaixo outros acima pois se um poema é uma obra em verso um parafuso é uma obra-prima.

Operários das palavras ou do aço da terra do minério do cimento em cada um de nós há um pedaço da força que só tem o sofrimento.

Vamos cavá-la com a pá das mãos provar que em cada um nós somos mil é tempo de alegria meus irmãos é tempo de pegarmos por Abril.

O FUTURO

Isto vai meus amigos isto vai um passo atrás são sempre dois em frente e um povo verdadeiro não se trai não quer gente mais gente que outra gente.

Isto vai meus amigos isto vai o que é preciso é ter sempre presente que o presente é um tempo que se vai e o futuro é o tempo resistente.

Depois da tempestade há a bonança que é verde como a cor que tem a esperança quando a água de Abril sobre nós cai.

O que é preciso é termos confiança se fizermos de Maio a nossa lança isto vai meus amigos isto vai.

A TERRA

É da terra sangrenta. Terra braço terra encharcada em raiva e em suor que o homem pouco a pouco passo a passo tira a matéria-prima do amor.

Umaz vezes o trigo loiro e cheio outras o carvão negro e faiscante umas vezes petróleo outras centeio mas sempre tudo menos que o bastante.

Porque a terra não é de quem trabalha porque o trigo não é de quem semeia e um trabalhador apenas falha quando faz filhos em mulher alheia.

Quando o estrume das lágrimas chegar para adubar os vales da revolta quando um mineiro puder respirar com as narinas dum cavalo à solta.

Quando o minério se puder tornar semente viva de bem-estar e pão quando o silêncio se puder calar e um homem livre nunca dizer não.

Quando chegar o dia em que o trabalho for apenas dar mais ao nosso irmão quando a fúria da força que há num malho fizer soltar faíscas de razão.

Quando o tempo do aço for o tempo da têmpera dos homens caldeados por pó e chuva por excremento e vento mas por sua vontade libertados.

Quando a seiva do homem lhe escorrer por entre as pernas como sangue novo e quando a cada filho que fizer puder chamar em vez de Pedro, Povo.

As entranhas da terra hão-de passar o tempo da humana gestação e parir como um rio a rebentar o corpo imenso da Revolução.

⁽¹⁾ comunidadeculturaearte.com/a-musica-portuguesa-a-descobrir-se-com-michel-giacometti-e-fernando-lobes-graca/

⁽²⁾ www.dip-badajoz.es/cultura/ceex/reex_digital/reex_LXII/2006/T.%20LXI%20n.%203%202006%20sept.-dic/RV000892.pdf

⁽³⁾ www.discogs.com/artist/1328881-Adriano-Correia-De-Oliveira

⁽⁴⁾ www.redalyc.org/pdf/822/82242883014.pdf

CONHECER

ANTÓNIO MARQUES

UM VERDADEIRO TESOURO PARA VER, OUVIR... E SABOREAR

ALDEIAS DO XISTO NO CORAÇÃO DE PORTUGAL

Bem no Centro do País, as aldeias da Serra da Lousã são lugares únicos, merecedoras de uma visita demorada. Talhadas no xisto duro que domina a região, constituem verdadeiras jóias arquitectónicas, fruto do saber acumulado desde tempos remotos, agarrando-se às dobras das montanhas e adaptando-se aos seus rigores, sabendo viver em harmonia com a Natureza.

Estas aldeias começaram a emergir no meio das montanhas devido às actividades pastoris e agrícolas – abundância de pastos, vegetação e água –, mas também por causa das rotas comerciais e das ordens religiosas, e nelas destacam-se as eiras, típicas praças de xisto de uso comum.

Outra marca destas aldeias de xisto é terem sido construídas em terreno inclinado, com muitas escadas e caminhos de acesso estreitos. Com o passar dos anos e na sua maioria, puseram-se desertas e em ruínas, pela demanda das suas gentes para as cidades, cheias de oportunidades económicas, sociais, de lazer e de cultura.

Mas, com o despertar do séc. XXI, este cenário mudou drasticamente, com as aldeias de xisto a conquistarem um interesse renascido e tornarem-se atractivas para o turismo, cujo incremento estimula o surgimento de outras formas de economia local. É disso bom exemplo o crescente número de famílias e investidores que compraram casas e terrenos, apostando em segundas habitações ou em alojamento local. E com a Lousã a apenas a alguns minutos de distância (dependendo da distância em que se encontram), estas Aldeias de Xisto oferecem o que a Natureza tem de melhor: o tempo lento, a paisagem tranquila, o ar fresco e puro dos montes e das serras, perfumado pelas fragrâncias selvagens.

E a proximidade de uma cidade, a uma distância segura para não perturbar a calma das montanhas, é um bom argumento para o regresso às origens.

Portugal tem uma rede de 27 Aldeias do Xisto registadas, na Re-

gião Centro, sendo que uma dúzia localiza-se nas encostas da Serra da Lousã. Destas, três merecem um particular destaque – Talasnal, Candal e Casal Novo –, quais documentos vivos da tenacidade e resiliência das gentes serranas, que vivem em verdadeira comunhão com a Natureza.



Talasnal



Candal



Casal Novo

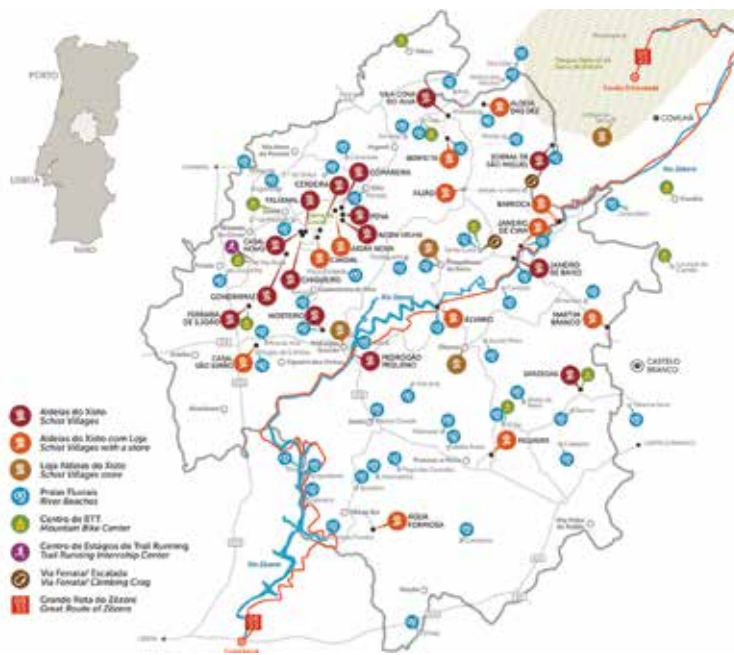
gião Centro, sendo que uma dúzia localizam-se nas encostas da Serra da Lousã. Destas, três aldeias merecem destaque: Talasnal, Candal e Casal Novo.

A distância de Talasnal a Casal Novo não vai além dos 2 km, e até ao Candal temos 8 km, pelo que as três aldeias ficam mesmo ali, “à mão de semear”, para uma visita surpreendente e para saborear toda a qualidade e variedade dos produtos locais, de um prato de magníficos enchidos ao mel dos cortiços do campo, do bolo caseiro ao delicioso licor, todos dignos representantes da rica gastronomia da região, que atestam uma mesa de sabores genuínos e tradicionais, na qual também se incluem os seus vinhos especiais, o pão, as migas ou açordas, e os vários peixes e carnes, produtos com a assinatura do território e da história a

pedirem uma oportunidade para serem (re)descobertos.

À gastronomia junta-se uma delirante paisagem natural, com realce para as piscinas naturais,

como a de N.ª Sr.ª da Piedade, onde no Verão bem sabe o frescor das suas águas imaculadas. E à noite é de não perder o espectáculo proporcionado pelo



céu límpido e estrelado, que permite contemplar as galáxias Casiopeia e Andrómeda, vizinhas da nossa Via Láctea. Não é por acaso que esta região faz parte da segunda reserva certificada do Céu Negro em Portugal.

HOMEM E NATUREZA EM COMUNHÃO

Talasnal é, porventura, a mais icónica Aldeia do Xisto da Serra da Lousã, pelos cuidados postos na recuperação das suas casas, pela fauna (com veados, javalis ou corços) e pela gastronomia, rica e variada, a exigir que nos deixemos levar pelo desejo de descoberta de recantos, velhos becos e quelhas, sempre acompanhada da melopeia da vetusta Fonte, que canta e encanta, numa autêntica comunhão entre o Homem e a Natureza.

Já Casal Novo é uma pequena e singela aldeia, quase secreta no meio do arvoredo que a envolve, qual jóia rara que cresce na serra, marcada por uma silhueta muito fotogénica que nos enche a alma de deslumbramento, com uma das imagens únicas destas redondezas, oferecendo uma das melhores vistas para a serra, incluindo o Castelo da Lousã. Começou por ser um lugar sazonal, apenas habitado nos tempos das lavras de Verão, mas conta agora com uma população permanente e de plena vitalidade. Quanto à aldeia do Candal (a 10 km da Lousã), abeirou-se numa colina virada a Sul, na formosa Ribeira de S. João, onde um pequeno anfiteatro natural sublinha a singeleza deste lugar, junto da Estrada Nacional 236, que liga Lousã ao ponto mais alto da Serra (Trevim, 1204m) e a Castanheira de Pêra.

A subida ao miradouro, pelas ruas inclinadas, é recompensada com uma bela vista sobre o vale que se apresenta, por onde serpenteia a Ribeira do Candal. ■

A FECHAR

DEFENDER O PODER LOCAL E AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO

Descentralização só com a regionalização

A realidade tem demonstrado que só com um poder regional eleito e fiscalizado democraticamente será possível promover o desenvolvimento equilibrado do País, reforçar a participação popular e a autonomia das Autarquias Locais e melhorar a prestação de serviços públicos.

A crescente contestação de autarcas e trabalhadores ao processo de descentralização, ou melhor, à transferência de encargos para as autarquias “cozinhada” entre o PS e o PSD, com a conivência da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), obrigou o governo a reconhecer a falta de condições e meios para o exercício destas novas competências.

Pese embora o acordo recentemente celebrado entre o governo e a ANMP – envolvendo os sectores da Saúde e a Educação –, são ainda muitos os problemas denunciados pelos autar-



cas que permanecem sem solução e que põem em causa o acesso universal das populações a direitos fundamentais.

Não está assegurado, apesar do aumento de verbas, o financia-

mento dos custos reais resultantes da transferência de competências, nem a actualização das dotações financeiras para o funcionamento de escolas e unidades de saúde, sendo que as pre-

vistas relativas a estes equipamentos reportam a 2019. Assim como também não está acautelada a compensação pelos custos suportados em 2022.

A imposição do princípio da “neutralidade orçamental” significa que áreas há muito sob forte ataque – como as da Educação, Saúde, Acção Social, Cultura e Habitação – continuarão a ser subfinanciadas, com consequências na degradação dos serviços. Não é por acaso que só 40 das câmaras municipais assumiram as competências na Saúde (de um universo potencial de 201), sendo que na Educação a competência foi imposta desde Mar-

ço, e que a Acção Social foi adiada para o início de 2023.

O risco de privatização é real, e as desigualdades e exclusão que dela resultam também. A Saúde, como denunciou a Federação Nacional dos Médicos, é há muito desejada pelos grupos privados, mediante a concretização das Unidades de Saúde Familiares modelo C, inicialmente com gestão partilhada pelas autarquias e, no futuro, exclusivamente privada.

Para os milhares de trabalhadores envolvidos – hoje os Assistentes Operacionais, amanhã as demais carreiras – restam poucas dúvidas de que, se este for o caminho, isso irá conduzir à degradação ainda maior das condições de trabalho.

Enquanto PS e PSD arranjam argumentos para adiar, uma vez mais, a regionalização, importa reafirmar, como a realidade tem demonstrado, que só com um poder regional eleito e fiscalizado democraticamente será possível promover o desenvolvimento equilibrado do País, reforçar a participação popular e a autonomia das autarquias locais e melhorar a prestação de serviços públicos. É esta luta que também teremos de prosseguir. ■

RESUMO DA LUTA

24 de Agosto | STAL assinala 47.º aniversário com almoço-convívio no Jardim de Santos, em Lisboa.

22 Julho | Inauguração da exposição sobre José Saramago em Santarém.

7 Julho | Manifestação nacional da CGTP-IN contra o empobrecimento.

1 Julho | Concentração de dirigentes e delegados do STAL junto ao Ministério das Finanças.

30 Junho | Greve dos trabalhadores do grupo AdP.

27 Maio | Desfile e concentração junto à AR promovida pela CGTP-IN.

20 Maio | Manifestação nacional dos trabalhadores da Administração Pública.

1 Maio | Por todo o País, o STAL esteve presente nas acções do 1 Maio da CGTP-IN.

25 Abril | STAL participou em múltiplas iniciativas comemorativas da Revolução de Abril.

